

ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINARIO
DOC. DIVERSES

11

S.A.A.L.

SEMINÁRIO



PORTO-24-25-26.MAIO.75



INO A.C. PEREIRA
L NACIONAL / SEMINARIO
C. DIVERSOS / 2

EQUIPA SAAL-BAIRROS DO CATUJAL, UNHOS, LOURES

INSTITUIÇÃO DA EQUIPA

Documento para o seminário de Maio, no Porto

O Conjunto dos Bairros do Catujal é uma extensa área de construção clandestina, localizada na periferia de Lisboa e em situação especialmente favorável para os promotores dos loteamentos, porque passa quase despercebida, dada a sua situação geográfica. A proximidade do aeroporto de Lisboa cria-lhe problemas de perigo e incomodidade sonora graves, e dificulta a legalização do existente.

Encontram-se ali, já, cerca de 2 000 edificações, em que vivem perto de 8 000 pessoas. E, enquanto que muitas habitações são próprias e apresentam até um nível razoável ou bom, coexistem as situações miseráveis dos pátios, barracas, a superpopulação e promiscuidade, e os diversos graus de exploração que acompanham estas situações.

A construção clandestina, após o 25 de Abril, recrudescceu com maior intensidade, perante a impotência da Câmara e a passividade das autoridades (fiscais municipais, G.N.R., P.S.P.) cuja corrupção era evidente.

A equipa SAAL, ao envolver-se nos problemas dos Bairros, colocando-se à disposição das Comissões de Moradores existentes, encontrou uma população mentalizada principalmente para as soluções de "melhoramentos" (acessos, água, esgotos, luz, escolas e outro equipamento social) e absolutamente descrente quanto à possibilidade de alteração da situação habitacional.

Houve, portanto, e além do levantamento "clássico" através de inquérito às condições de vida, recolha da escassa cartografia existente e documentos fotográficos, um lento trabalho de mentalização que conduziu a novas perspectivas de acção.

Foi criado um jornal dos Bairros; Eleita uma comissão de in



quilinos para intervir nas situações de exploração mais flagrantes ou em casos de emergência na defesa dos seus interesses; realizaram-se muitas assembleias gerais e parciais; efectuaram-se muitas "embaixadas" à Câmara Municipal de Loures; e executaram-se, em auto-construção, alguns melhoramentos públicos, com ajuda Camarária.

Paralelamente, a equipa SAAL estudava, e propunha, a criação de um bairro, em terrenos a expropriar, isentos de perigo, e para uma população que, através do inquérito feito, devia ser realojada, podia, pelos seus rendimentos, sair da promiscuidade e exploração em que vive, mas que, até há pouco, não acreditava nessa possibilidade remota, e até intrigante, de ser ajudada por um serviço de Estado para isso.

A dispersão desta população dificultava, também, a criação da Associação ou Cooperativa de moradores directamente interessados no novo bairro - e só presentemente uma Associação está em vias de se concretizar.

Em 3 de Maio de 1975 foi publicado no Diário do Governo o despacho que considera o plano do Catujal de utilidade pública urgente. Havia sido entregue na Câmara em Janeiro e transitara com todos os elementos necessários já para as expropriações, em Fevereiro, para a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo.

Passaram, entretanto, sete meses de actividade da equipa SAAL.

Ainda não dispomos, pois, da posse administrativa dos terrenos cuja expropriação foi proposta. Nalguns destes, os proprietários, conscientes do "perigo", lotearam-nos e constroem-se já afanosamente.

Demoramos a obter os elementos topográficos para prosseguir o estudo da extensa zona que o novo bairro ocupa.

E não sabemos, nós próprios, se a ajuda, de que nos fizeram eco nas múltiplas reuniões, virá com a rapidez e a facilidade que são efectivamente necessárias e as populações esperam.

Quanto ao equipamento social, e particularmente as escolas primárias, esbarramos contra o mais impenetrável muro burocrático que impede a realização urgente, participada e comunitária do que quer que seja.

De resumo duma actividade cujos frutos deveriam ser já visíveis, e não o são, pensamos poder tirar algumas conclusões.

- 1 - O problema basilar de toda esta operação é o do contro-
le do solo;
- 2 - O "melhoramento" das zonas clandestinas existentes, como a nossa, se bem que venha a beneficiar os seus moradores, beneficia, principalmente, os promotores de loteamentos e a construção clandestina especulativa - que está sendo utilizada como uma "nova via" por muitos pequenos construtores em má situação post-25 de Abril;
- 3 - A definição de "zonas de intervenção" urbanística, e a adopção de medidas rapidísimas de apropriação de todos os selos nessas zonas parece-nos essencial, e imprescindível - e isto para qualquer tipo de intervenção;
- 4 - As populações das zonas degradadas, habituadas aos jogos do oportunismo, ao salve-se quem puder individualista, ao abandono puro e simples à sua sorte - demoram certo tempo a acreditar na vantagem da associação, principalmente quando vêm pela frente muitas das barreiras tradicionais ainda de pé, e nenhuns frutos do esforço que dispendem;
- 5 - É com apreensão, evidentemente, que se verifica - 9 meses após a criação do SAAL - que ainda não estão publicadas as leis para o financiamento das operações de construção, que são o fundamento da acção SAAL, segundo o Decreto-Lei que o criou;
- 6 - Torna-se necessário rever, com idêntica brevidade, a legislação que dificulta a legalização das associações de moradores, quanto mais não seja nos seus encargos;
- 7 - É indispensável a descentralização dos poderes de decisão, de execução e de gestão sobre o equipamento social que os bairros degradados necessitam, em situações de emergência, incompatíveis com a burocracia e os perfeccionismos ainda em vigor;

- 8 - Quanto à intervenção das equipas SAAL nestas circunstâncias, verificamos que há tarefas praticamente comuns a todas elas, numa fase inicial, como o "levantamento" da situação existente, a dinamização das Comissões já em actividade ou a criar, até se chegar a uma proposta de acção, de acordo com as necessidades locais e a vontade e capacidade de intervenção das populações interessadas.
- 9 - O conteúdo desta proposta pode ser extremamente variável de caso para caso - desde a própria rejeição da colaboração de uma equipa SAAL, a formas de ocupação de fogos vagos, passando pela auto-construção e outras modalidades;
- 10 - A elaboração de contratos de trabalho com as equipas SAAL, não pode, por isso, obedecer a uma formula-tipo- excepto, talvez, para a primeira fase mencionada (até à proposta) - para a qual os três meses preconizados serão porventura suficientes;
- 11 - A partir daí, e em consequência da acção prevista, só contratos específicos com cada equipa terão razão de ser;
- 12 - Em relação aos contactos da equipa com os serviços centrais coordenadores SAAL, e o FFH, nota-se, por parte dos segundos, um alheamento completo sobre o que se processa neste sector de intervenção do problema habitacional e, quanto aos primeiros, a falta de meios para responder às solicitações que, cada vez mais frequentemente lhes serão apresentadas, como as de carácter técnico (topografia, estudos de infraestruturas, por ex.) ou operacional (directrizes, confrontação com exemplos estrangeiros, por ex.);
- 13 - E último.
A faceta sem dúvida mais importante do trabalho até agora realizado foi o contacto directo com as populações e as suas necessidades, e a participação dos moradores na orientação das soluções que lhe dizem respeito. Criou-se uma consciência nova quanto à compreensão do

problema da habitação. Está-se criando uma dinâmica no
va para intervir.

Mas não estão criadas as estruturas para responder a
essa dinâmica. Nem estamos ainda planejando económi-
camente de uma forma clara. Nem estamos ainda, em suma
no socialismo.

As ambiguidades hão-de continuar por muito tempo, e até
os oportunismos.

A intervenção SAAL não é se não uma muito modesta forma
de participação na solução do problema habitacional -
e, não nos esqueçamos, uma solução de emergência e de
recurso - integrada (?) numa política habitacional de
âmbito nacional que permanece, até à data, nebulosa.

AMORTIZAÇÕES ANUAIS (JUROS + AMORTIZAÇÃO DO CAPITAL)

Capital a amortizar (custo-60 contos)	Taxa de juro	15 anos	20 anos	25 anos
40 contos	9,25	5 035\$80	4 460\$10	4 155\$00
	6,50	4 254\$10	3 630\$20	3 279\$20
	5,00	3 853\$60	3 209\$70	2 838\$80
60 contos	9,25	7 553\$70	6 690\$20	6 232\$50
	6,50	6 381\$10	5 445\$30	4 918\$80
	5,00	5 780\$50	4 814\$50	4 257\$10
90 contos	9,25	11 330\$60	10 035\$40	9 348\$80
	6,50	9 571\$70	8 168\$00	7 378\$30
	5,00	8 670\$80	7 221\$80	6 385\$70
140 contos	9,25	17 625\$30	15 610\$60	14 542\$50
	6,50	14 889\$30	12 705\$80	11 477\$40
	5,00	13 487\$90	11 233\$90	9 933\$30



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DPC DIVERSOS / 3

1. O processo Falagueira começou com o incêndio em que arderam aproximadamente 70 barracas, no dia 30/10/74. Após diversas reuniões entre os organismos de Estado directamente envolvidos, e dada a manifesta incapacidade da Câmara de Oeiras, em solucionar o problema, foi entregue ao SAAL, a responsabilidade de o tomar a seu cargo, dentro do seu processo de trabalho.

2. Anteriormente ainda a esta decisão, e como era preciso dar uma resposta imediata à população afectada, instalou-se um acampamento na zona, para onde transitarão as pessoas em causa. O trabalho da Equipa destacada para o processo, começou imediatamente, tendo-se decidido instalar a população, provisoriamente, em construções de tijolo, próximo do local escolhido para o novo bairro, ou seja em Alfornelos. Estas ficaram concluídas cerca de dois meses depois, para aproximadamente metade das famílias, pois entretanto a outra metade tinha sido instalada em casas pertencentes aos funcionários da CMO, com a promessa com a promessa do Presidente da C. Administrativa, de serem desocupadas dentro de dois meses.

3. Entretanto, iam-se levantando diversos problemas, motivados por uma condução do processo imposta de cima, pelas circunstâncias, e pelo desenvolvimento do mesmo. Assim temos:

- 3.1. Uma população que não teve poder de decisão em aceitar ou recusar o processo, visto que este lhes apareceu como a única possibilidade de virem a ter casa.
- 3.2. Decisões a nível superior, como a de instalar as pessoas em locais distintos, com diferentes graus de conforto, o que só conduziu à divisão e ao antagonismo entre estas.
- 3.3. Promessas feitas pela CMO e não cumpridas, atrasos na entrega de elementos à Equipa, o que levou a um descontentamento geral, que culminou com uma manifestação em Oeiras no dia 15/3/75, com o apoio de vários "bairros de lata" da zona.



- 3.4. Escolha de um tipo de construção de préfabricação em betão, escolha essa motivada unicamente pela rapidez desejada para o processo.
- 3.5. Encarecimento das casas dado o processo construtivo escolhido, o que está a levantar problemas quanto ao montante do subsídio a conceder à Associação, que entretanto se formou. Espera-se da SEHU um despacho favorável quanto à nossa proposta, de o subsídio ser de 90.000\$00 por fogo, além de um empréstimo em condições favoráveis, que permita às pessoas poderem acabar as casas.

4. Situação neste momento:

- 4.1. Projecto de uma 1ª fase de 31 fogos em começo de obra neste momento, no que diz respeito ao movimento de terras e muros de suporte.
- 4.2. Associação formada e legalizada notarialmente, faltando apenas a publicação em Diário de Governo.
- 4.3. Contrato assinado com a Empresa que vai montar os fogos.
- 4.4. Em estudo, o projecto de loteamento e implantação dos restantes fogos.

4

DOCUMENTO AO SEMINARIO DA EQUIPA MOSCAVIDE

BALANÇO CRÍTICO

Este processo surgiu reivindicado pelas populações que após algumas ocupações em diversos pontos de Lisboa, especialmente em Chelas, optaram por uma resolução global do seu problema habitacional. Perante a Autarquia Local - Junta de Freguesia - surgiu assim a exigência de um processo que resultou numa intervenção S.A.A.L..

No início das actividades da Equipa a acção da Junta de Freguesia foi nociva para a continuidade do processo devido à sua pretensão em continuar a dirigi-lo, mantendo as tomadas de posição das Comissões de Moradores sob as suas decisões. Esta situação originou um conflito que contribuiu decisivamente para que as Comissões de Moradores, consciencializadas da submissão a que estavam a ser alvo se tornassem autónomos daquela Autarquia.

Através dos consecutivos contactos com os problemas e anseios das populações este processo foi definindo-se. As características próprias dos habitantes dos bairros em causa obrigaram a que fosse tomada uma orientação bi direccional formando dois grupos distintos: Azinhaga Jogo da Bola e Azinhaga do Seminário por um lado e o Casal dos Marcos por outro.

CASAL DOS MARCOS - 85 FAMÍLIAS

O maior campo de luta deste bairro tem sido o da aquisição dos terrenos onde vivem. Iniciado com a colocação de processos no S.F.O.M. (já que o terreno pertence à Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras) e Câmara Municipal de Loures a 5 e 10 de Fevereiro respectivamente, foram colocados oportunisticamente vários entraves por entidades responsáveis que, só sob a pressão contínua da Comissão de Moradores foi possível que na sessão da Câmara de 23 de Abril fosse decidida a expropriação de uma parcela da pro-



priedade de "Património Empresa de Construção e Comércio Limitada" para permuta com os terrenos do bairro, para apoio social daquela Fábrica. Actualmente ainda decorre essa expropriação.

Outro campo da acção em que o bairro se tem empenhado é o da formação de uma Associação de Moradores, verdadeira expressão dos interesses dos moradores que será legalmente formalizada ainda este mês.

AZINHAGAS - 160 FAMÍLIAS

O bairro da Azinhaga do Seminário é na sua quase totalidade habitado por ciganos. Os agregados familiares, de grande coesão interna, sentem-se ainda bastante marginalizados por uma sociedade que nunca os considerou. No entanto houve a preocupação, muito ajudada pela união com a Azinhaga Jogo da Bola, de lhes fazer crescer a consciência social. Apesar de lenta, esta acção começou já a ter frutos no debate dos Estatutos da futura Associação, presentemente em fase de legalização.

Estas populações começaram a luta pela obtenção dos terrenos ainda antes do início da intervenção S.A.A.L., sitos na Quinta da Vitória, pertencentes à Câmara Municipal de Loures. Contudo esta entidade tinha do F.F.H. uma proposta para obtenção dos mesmos com o fim de aí levar a cabo uma operação. Soube-se mais tarde que a Câmara pretendia negociá-los, o que não veio a acontecer pelas exigências dos moradores, que viram confirmados os seus desejos de obtenção dos terrenos em sessão de Câmara de 5 de Março, condicionados ainda ao parecer do F.F.H. sobre que tipo de operação!

Foi na firmeza da luta dos moradores destes bairros, capacitados das condições a que continuam a ser votados pela mesma sociedade para quem sempre trabalharam, que ao pretenderem tomar nas mãos o seu processo de luta, quiseram ser alvo de uma operação S.A.A.L., tendo tido aqui a sua maior vitória política. Esta só foi aceite pelo Conselho Directivo do F.F.H. a 31 de Março de 1975.

EQUIPA MOSCAVIDE

ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

/5

EQUIPA DE PINHEIRINHOS (SETÚBAL)

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nosso trabalho começou em meados de Março, por solicitação da população de Pinheirinhos que havia já vários meses lutava pelo direito a habitação.

Depois de quase dois meses em contacto com esta população e a dos 2 outros bairros que se integraram ao mesmo processo, podem-se contar alguns avanços e muitas dificuldades.

Ao nível da organização, neste momento trabalha-se para formar uma "Associação dos 3 Bairros" para criar as condições de direcção e administração do processo de construção.

Ao nível de solução técnica definimos preliminarmente o zoneamento e a tipologia.

O processo de expropriação foi introduzido na Câmara em fins de Abril e não será motivo de conflitos.

Esta informação sobre o trabalho pretende levantar aspectos e dificuldades de cuja discussão podem surgir algumas bases para uma política de Habitação, válida na actual etapa do processo português.

II. CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DOS BAIROS

1. - ARQUITECTURA

Péssimas condições de habitação e escassez de infraestruturas.

PINHEIRINHOS:

- Barracas de madeira, cartão e folha, sendo comum as divisões polivalentes;
- Poços de água que provocam infiltrações e derrocadas;



- Existem apenas 3 tomadas de água para o abastecimento de 68 fogos;
- Inexistência de qualquer tipo de escoamento;
- Inexistência de rede eléctrica.

4 CAMINHOS:

- Barracas de madeira e folha, com divisões mais ou menos individualizadas;
- Casas abarracadas com algumas paredes de alvenaria, com divisões individualizadas;
- Abastecimento de água por tomadas públicas a nível de 1 para 6 fogos;
- Escoamento por fossas;
- Rede eléctrica aproveitada apenas por uma minoria de ca casa abarracadas.

MAL TALHADO:

- Algumas barracas de madeira e folha;
- Maioria de casas abarracadas com péssimas condições de isolamento;
- Abastecimento de água insuficiente;
- Escoamento por fossas;
- Rede eléctrica aproveitada por grande parte dos fogos.

2. - COMPOSIÇÃO SOCIAL

PINHEIRINHOS

- Os homens são operários e desempregados da construção civil, em sua maioria;
- Grande número de vendedores ambulantes, como solução ao desemprego. Alguns dedicam-se ao artesanato;
- Lumpesinato numeroso formado principalmente por ciganos sem ocupação definida e com pouca fixação.

4 CAMINHOS:

- Operários da construção civil e fábricas;

- Iguualmente grande número de ambulantes, devido ao desemprego.

MAL TALHADO:

- Operários da construção civil e indústria química (salários mais altos).

3. - HIGIENE E SAÚDE

- Falta de assistência médica;
- Total desconhecimento (ou impossibilidade prática) de regras básicas de salubridade e higiene pessoal;
- Sub-nutrição.

Obs.: todos os aspectos revestem-se de maior gravidade em Pinheirinhos.

4. - EDUCAÇÃO

- Elevado índice de analfabetismo em Pinheirinhos, e baixo em Mal-Talhados;
- Índice de analfabetismo tanto maior quanto maior é a idade;
- Em Pinheirinhos há grande número de crianças que não frequentam escola por falta de vagas nas proximidades;
- Em 4 Caminhos as crianças, na generalidade, frequentam a escola até os 14 anos, e poucas seguem;
- Em Mal Talhado, em geral estudam e há maior percentagem de continuidade.

5. - NÍVEL POLÍTICO E DE ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Nos três bairros observa-se pouca consciência de classe e baixo nível de politização, que se traduzem em vários aspectos de comportamento das pessoas. Entre eles:

- Predominância do individualismo (resolução imediata de problemas pessoais, e escassez de solução ao nível coletivo);

- Supervalorização de divergências entre vizinhos. Rivalidades. Oportunismos;
- Racismo (contra os ciganos);
- Atitude passiva face aos problemas, permanecendo a espera das soluções vindas de fora;
- Subestimação da força de sua organização e de sua capacidade de tomar decisões. Certo 'fatalismo';
- Em relação à Equipa SAAL: exigem solução imediata sem querer participar a nível de escolha de soluções.

6. -COMISSÕES DE MORADORES

- Falta de representatividade. Mas em geral as pessoas criticam-nas mas não propõem sua destituição ou substituição;
 - Em geral colocam-se 'fora' ou 'acima' das populações, deturpando suas funções de representantes e dirigentes. Ora substituem a massa, em certas atitudes, ora reprimem-na, em outras
- Falta-lhes consciência da necessidade de mobilizar a população.
- Muitos membros da comissão têm o hábito de queixar-se do 'sacrifício' que fazem ao lutar pelos outros (sic);
- Irresponsabilidade no cumprimento de tarefas, procurando atribuir a falha aos outros membros.

III. PRINCIPAIS DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

1. POLÍTICA DA CÂMARA

Em resposta às várias ocupações de casas novas e vazias levadas a efeito pelas populações, a Câmara criou uma comissão para tratar da distribuição de casas devolutas às famílias em piores condições de alojamento. De início falava-se em cerca de 400 fogos, os quais seriam reparados pelos locatários, e que teriam rendas baixas. Na realidade, passados mais de 30 dias, distribuíram-se 10% desse total.

Com esta iniciativa a Câmara conseguir não só diminuir a onda de ocupações, como lançar a confusão e a desunião entre os moradores do mesmo bairro e entre os bairros.

Enfraqueceu-se a luta pelas soluções colectivas (ocupações ou SAAL), passando a assumir o carácter de luta individual para conseguir uma casa. Isto verificou-se na prática, apesar de que as populações interessadas no processo SAAL declararam que a solução das "casas da Câmara" era provisória, e só quando, digo, enquanto não se fazia o bairro. Também as Comissões de Moradores sofreram os efeitos desmobilizadores, e foram mesmo acusadas de fazer o jogo pessoal para conseguir casas.

Outro aspecto da questão foi que a Câmara, sabendo que não havia casas devolutas em quantidade suficiente para alojar a todas as populações necessitadas, passou a usar o SAAL como remédio milagroso para todos os males da habitação em Setúbal.

Manda-se as pessoas ao SAAL, diz-se que o SAAL vai construir etc. Enfim, coloca-se o SAAL como freio às iniciativas das massas e como solução do problema habitacional, deturpando seu carácter de Serviço de Apoio a Organização e luta dessas populações pelas casas.

Assim é que a Câmara, apesar de aparentemente colaborar com o SAAL, e não criar dificuldades ao nível das soluções burocráticas para o processo, cria-se ao nível de lançar a confusão e a divisão entre as populações e ao tentar transformá-lo num "serviço de construção para os pobres".

2. DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Do ponto de vista da solução da habitação para as populações integradas ao processo de Pinheirinhos, encontra-se a Equipa na necessidade de encontrar um processo que combine o baixo custo dos fogos com a maior rapidez da construção.

Face a isto a população terá que optar por uma das soluções seguintes:

- auto construção;
- sistema de empreitada;
- brigadas de desempregados;
- conjugação das três.

a) AUTO-CONSTRUÇÃO

Embora a princípio pareça ser a mais correta (ou económica), não é a mais conveniente do ponto de vista da eficiência.

Esta afirmação baseia-se nos seguintes pontos:

- Insuficiente politização dos habitantes, de modo a ser conseguido uma mobilização efectiva para um trabalho colectivo;
- Quantidade insuficiente e demasiadamente flutuante de desempregados a longo prazo, com os quais se poderia contar para uma construção rápida;
- Grande número de mulheres sós com crianças pequenas, de velhos e inválidos, que só poderiam (e em regime eventual) funcionar como serventes.

Por isto, é opinião da Equipa que, se fosse adoptado o sistema de auto-construção correr-se-ia fatalmente o risco da construção ser muito demorada (a nível de trabalho de fim-de-semana), sectaria (cada um ocupar-se-ia principalmente da sua casa), resultando num atraso dos impossibilitados.

Do ponto de vista político, no actual momento, a auto-construção significa uma maneira de poupar dinheiro ao Estado, contribuindo para manter o desemprego dos operários da construção civil.

Mas também não se pode pretender que sejam os moradores a pagar a solução do problema do desemprego.

A questão engloba vários aspectos que há que discutir.

b) SISTEMA DE EMPREITADA

Este sistema permitiria maior rapidez e eficiência, mas seria muito caro. Teria também o defeito de diminuir a par

participação activa da população no processo.

Pretendemos desenvolver o contacto com empresas controladas pelos trabalhadores, principalmente.

c) BRIGADAS DE DESEMPREGADOS DO BAIRRO

Com este sistema organizar-se-iam os desempregados, que evidentemente seriam remunerados pela Associação conforme a lei.

Poder-se-ia discutir a possibilidade de o Estado afrontar os encargos sociais destes operários.

d) CONJUGAÇÃO DAS TRÊS ANTERIORES

Parece ser o mais conveniente na opinião da Equipa, programar a obra conjugando os sistemas. Para uma primeira etapa das obras (movimento de terras, fundações, estruturas, telhado), a empreitada (mais equipamento e organização de trabalho), combinada com as brigadas do bairro.

Para a segunda etapa, o trabalho basear-se-ia nas brigadas com participação de trabalho voluntário.

A fase final de edificação dos fogos (acabamento) seria inteiramente executada em auto-construção.

Para a edificação dos espaços colectivos, cremos ser mais mobilizador o trabalho das brigadas e o voluntariado das populações.

3.- DEFICIÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO

Esta dificuldade se funda nos aspectos já descritos em pontos anteriores. Seu desenvolvimento estará relacionado com o avanço político das populações, em que o papel do SAAL (enquanto serviço) e efectivamente de apoio, não podendo confundir-se com direcção do processo.

Como forma de integração Equipa-população, e para criar condições de participação maior ao nível de soluções para o projecto, estamos a fazer trabalho de atelier no próprio bairro, algumas vezes por semana.

Em relação aos aspectos da animação cultural, começará a funcionar esta semana o curso de alfabetização de adultos, paralelamente ao esclarecimento sobre questões de higiene e saúde.



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS / 6

INTRODUÇÃO

BAIRRO DA LIBERDADE - SETÚBAL

Situação na parte oriental da cidade, com 7,5 ha. tendo todos os terrenos, livres e construídos, fortes pendentes. O aglomerado, clandestino, é constituído por cerca de 100 casas e 120 barracas, onde vivem 230 famílias num total de 850 habitantes.

Uma Comissão de Moradores é auto-elegida após o 25 Abril de 1974.

Em Outubro 1974 - início do processo SAAL.

- começo das obras de infraestruturas por parte da CMS (esgotos e arruamentos).
- e eleita em Assembleia Geral de Moradores uma comissão alargada e elementos das barracas. É elaborado um programa de tarefas e responsabilidades que se comprometeu a cumprir até que desapareçam todas as barracas. (Anexo I).

Novembro 1974

- É entrega na CMS o projecto de expropriação do terreno.
- A Comissão considera ser prioritária a construção da colectividade.
- É feito o primeiro jornal do bairro ("Voz das barracas").

Janeiro 1975

- A população decide não pagar a renda anual do terreno, entregando esse dinheiro à Comissão de Moradores.
- Estabelecem-se contactos com as Comissões de Trabalhadores do AC (mão-de-obra) e Xavier de Lima (máquinas).
- Iniciam-se os trabalhos de preparação de terrenos para a nova zona habitacional.
- Começa a construir-se a colectividade (cuja primeira fase está em acabamentos).



- O terreno continua por expropriar.
- Fevereiro 1975 - Construção das primeiras habitações segundo projectos da equipa (subsidiada individualmente pelo próprio).
- Março 1975 - A população controla a verba destinada a infraestruturas utilizando-a também na construção da colectividade.
- O processo de expropriação depois de estar 3 meses na Equipa Coordenadora do SAAL é entregue no FFH, sendo incluídos os terrenos a expropriar no Plano Integrado de Setúbal.

I) ORGANIZAÇÃO INTERNA DO BAIRRO:

OBSTÁCULOS DERIVADOS DA ESTRUTURA SÓCIO-POLÍTICA

Presença do fenómeno de "caudilhismo" em alguns elementos da Comissão;

Considerando que todo o processo depende da sua actuação, tendem a monopolizar a tomada de decisões tornando-se incapazes de mobilizar a população e fazê-la participar.

Fenómeno de alienação de classe que se traduz num aburguesamento de um sector da população. Fenómeno que tende a dominar as decisões da Comissão de Moradores. Isto se expressa concretamente em:

- forte sentido de propriedade privada;
- culto do automóvel e de certos bens materiais.

Fenómeno do "machismo":

- falta de participação das mulheres no processo político na tomada de decisões.
- o modo de produção das mulheres é marginalizado do sistema económico.

- isto se traduz - concretamente - numa falta de interesse por parte da Comissão, e sectores da população, na mobilização das mulheres no processo.

Estes fenómenos tendem a ser ultrapassados à medida que o processo avança e que vai sendo posto em prática o esquema de descentralização das actividades que propomos.

II) ORGANIGRAMA:

Tem 2 dimensões operativas de organização:

- 1-em termos de diferentes actividades
- 2-geográfica (delegados de rua).

1- Organizam-se comissões encarregadas de diferentes actividades descentralizadoras com vista a participação de um maior número de pessoas na tomada de decisões.

As comissões abarcam actividades como saúde, alimentação, educação, construção, produção, propaganda, defesa, etc.

2 -Com vista a transmitir a população as decisões das diferentes comissões e comunicar a cada uma dessas comissões os problemas específicos de cada zona existem unidades geográficas de 15 a 20 famílias com um DELEGADO DE RUA.

(Anexo II)

A outro nível consideramos como estrategicamente primordiais as relações desta organização interna do bairro com organizações de base dos trabalhadores ligadas a todas as actividades acima referidas.

RELAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES DE BASE:

a) AC - MCo-de-obra. Empresa nacionalizada. 1 500 empregados da construção civil sem trabalho. Contactos estabelecidos através da Comissão de Trabalhadores. Neste momento trabalha no bairro uma brigada desta empresa composta por 20 operários com ordenado pago pelo estado. A Comissão de Moradores tem a seu cargo apenas um subsídio de transporte e almoço (70/dia).

b) XAVIER DE LIMA. Empresa em auto-gestão. Aluguer de máquinas.
Contactos com outras Comissões de Trabalhadores de empresas

de produção de elementos e materiais de construção (J.Pimenta).

c) COMISSÕES DE MORADORES. Para formação de COOPERATIVAS DE CONSUMO (ligadas a um armazem central), para a solução de problemas de habitação, infraestruturas, transportes, equipamento colectivo.

Obstáculos:

Falta de um objectivo político e organizativo bem determinado por parte da população. Para nós é claro que na conjuntura actual, o processo político é o que mais deficiências apresenta. Como equipa do SAAL - o qual não tem ainda uma política habitacional definida, apresentamo-nos a população numa posição intermédia de quadro técnicos e políticos o que não nos permite ter uma intervenção suficientemente eficaz.

DINAMIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Audio-visuais, filmes, teatro. Estamos a iniciar cursos de alfabetização e educação de crianças.

Obstáculos:

Conteúdo correcto, mas a forma de comunicação não terá sido a mais indicada para a população. E ainda a relação entre as pessoas, muito individualistas, não permite a análise e discussão dos temas apresentados.

Falta de local físico.

Falta de meios e organização nossa e da Equipa Coordenadora do SAAL.

Atitude anti-partidária e sectarista dos moradores no que se refere a alfabetização.

PRODUÇÃO

1. - AUTO-CONSTRUÇÃO: Considerada também como alternativa de produção de materiais no bairro e como factor de mobilização dos sectores marginais.

Reorientar a produção industrial de materiais e elementos de construção com as seguintes características:

a) utilizar da melhor maneira os recursos materiais e humanos locais

- b) desenvolver a investigação de novos métodos construtivos
- c) consumo mínimo de energia, redução dos custos de manutenção
- d) familiaridade dos moradores com essa tecnologia que permita alterações do âmbito e controle das relações sociais que esse ambiente gera
- e) reciclagem de materiais.

Com vista a uma tecnologia não capitalista, assim caracterizada, consideramos fundamental a criação de comissões de produção dentro do bairro para cuja localização tivemos de fazer um plano de profissões. Estas oficinas cuja localização tivemos de fazer um plano de profissões. Estas oficinas funcionam simultaneamente como locais de produção e ensino.

Temos um projecto sobre painéis solares, que poderão ser parcialmente fabricados no bairro em combinação com a fábrica. Pretendemos a redução do consumo de energia e desgaste ecológico. Além de que ao fim de 3 anos este sistema de aquecimento de água está amortizado.

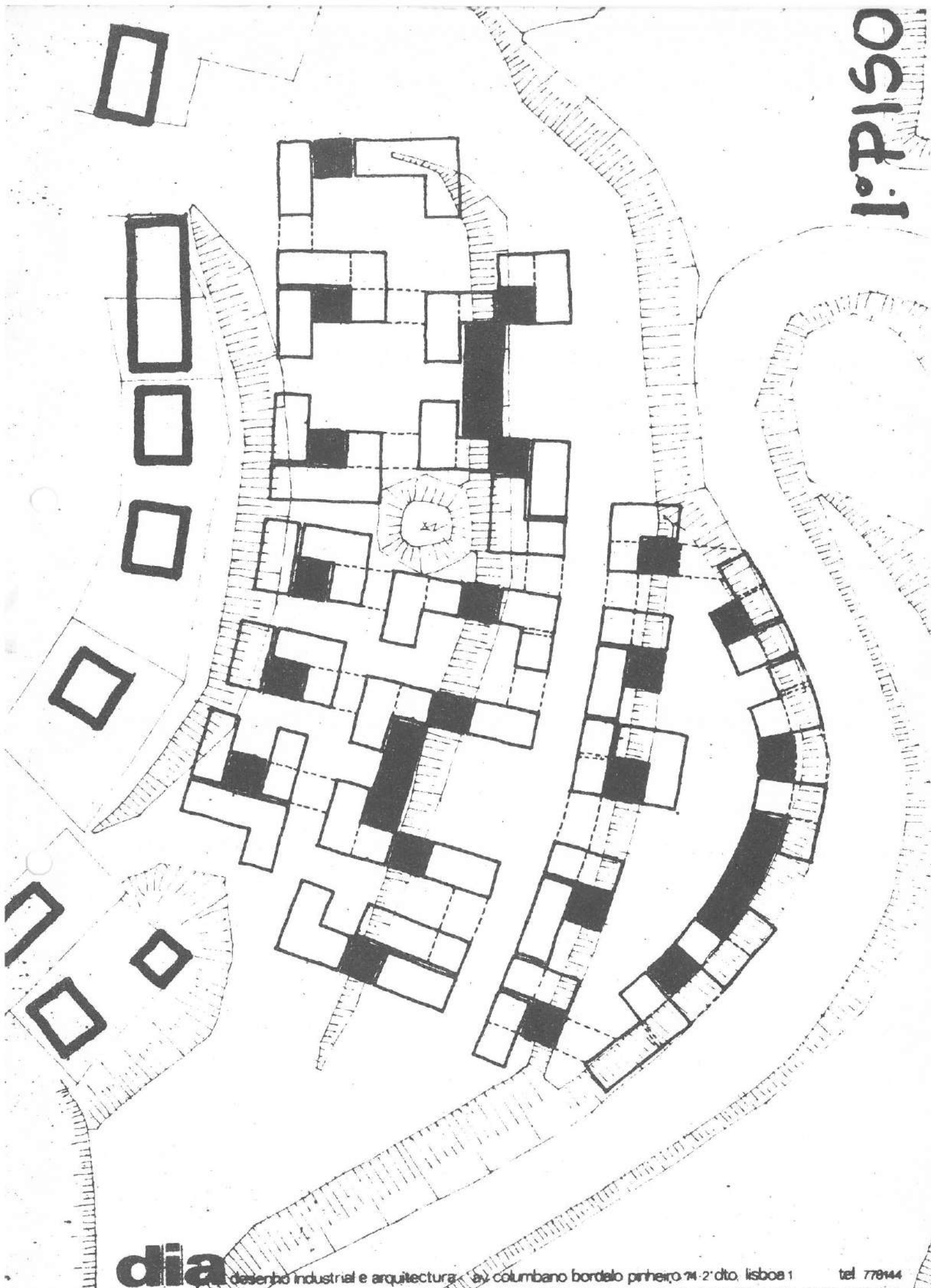
III) CONCEITOS ARQUITECTÓNICOS

Tentam ser o reflexo da organização interna do bairro que propomos.

- 1.- Descentralização política através das unidades sociais de planificação: - zonas fortemente ligadas física e psicologicamente em torno de uma DELEGAÇÃO DE RUA (abarcando entre 15 e 20 famílias) estrategicamente localizada.
2. - ORGÃOS SOCIAIS DE TRABALHO:
 - Oficinas de produção e ensino.
 - Pátios
 - Estabelecem as ligações entre os conjuntos habitacionais. (Anexo III).
3. - As habitações organizam-se 2 a 2 ou 3 a 3 em torno de um núcleo comum de serviços (inst. sanitária e cozinhas). Este núcleo é desenhado e orientado de tal modo que permite a fácil incorporação do sistema de aquecimento solar de água.

4. - Modulação reticular estrutural.
- Evolução horizontal e vertical.
- Articulação tridimensional impede a individualização da propriedade.

1.º PISO

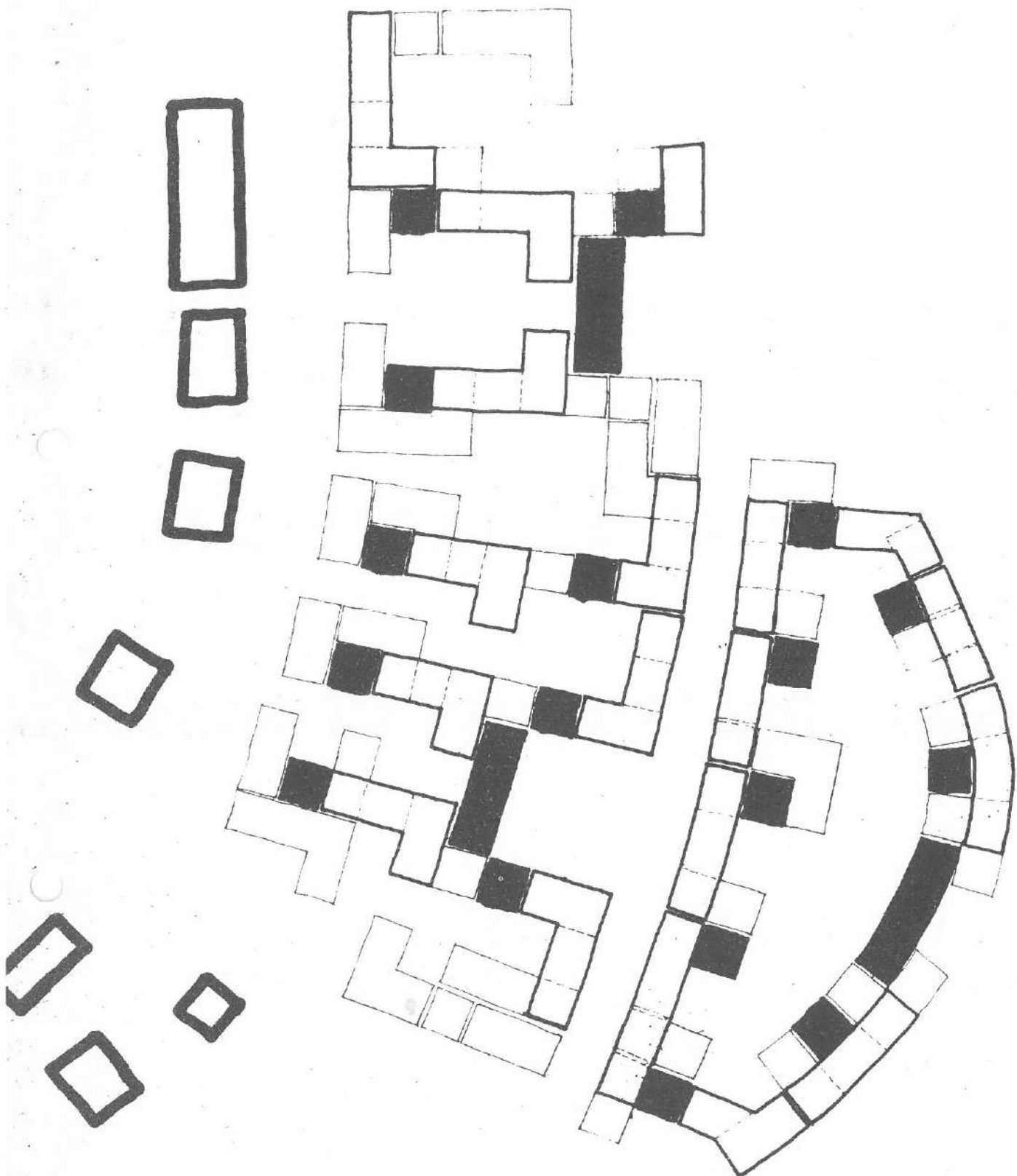


dia

desenho industrial e arquitectura av. columbano bordalo pinheiro 74-2.º dto. lisboa 1

tel 778144

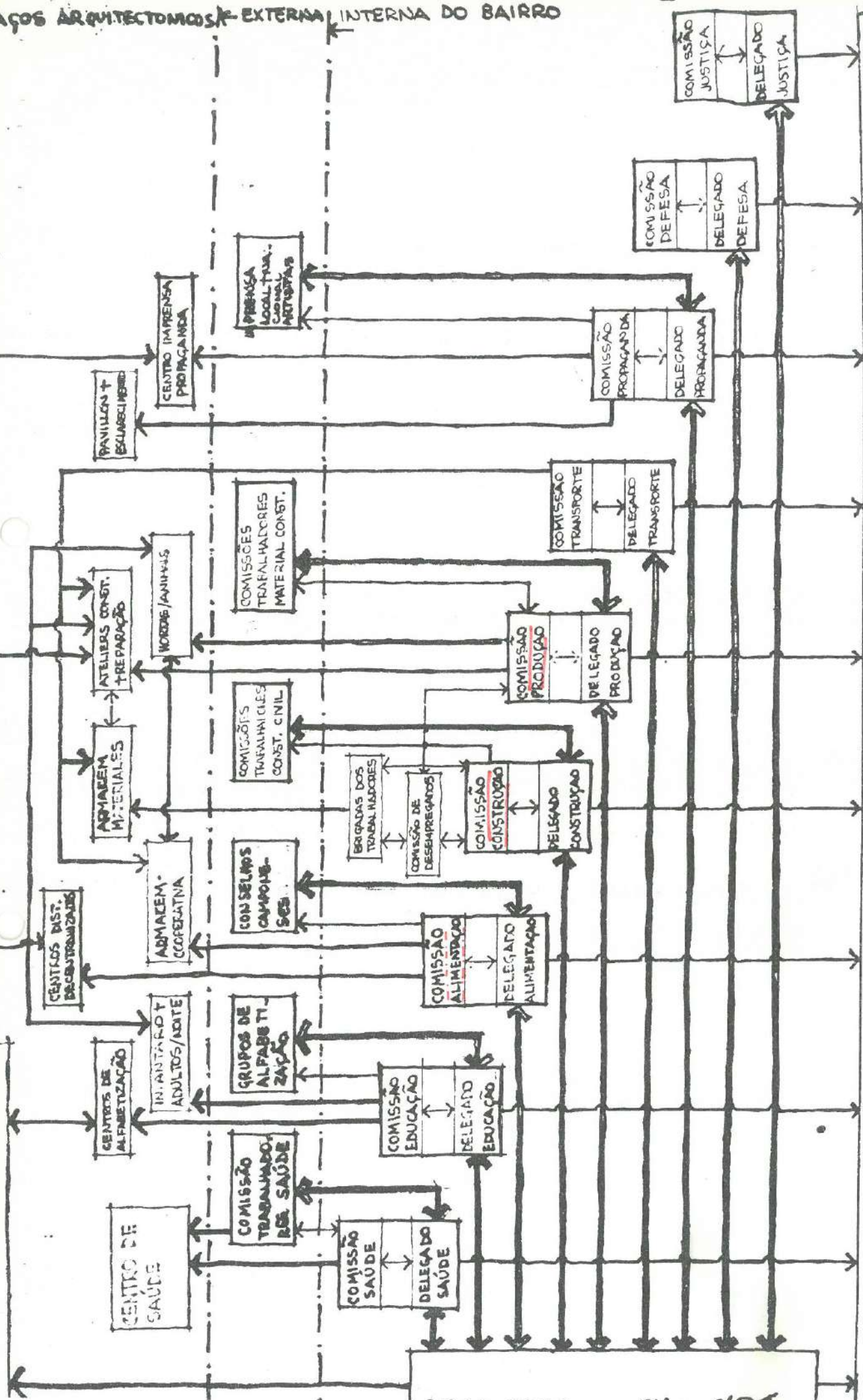
2: P15



PROGRAMA DA COMISSÃO DO BAIRRO DA LIBERDADE

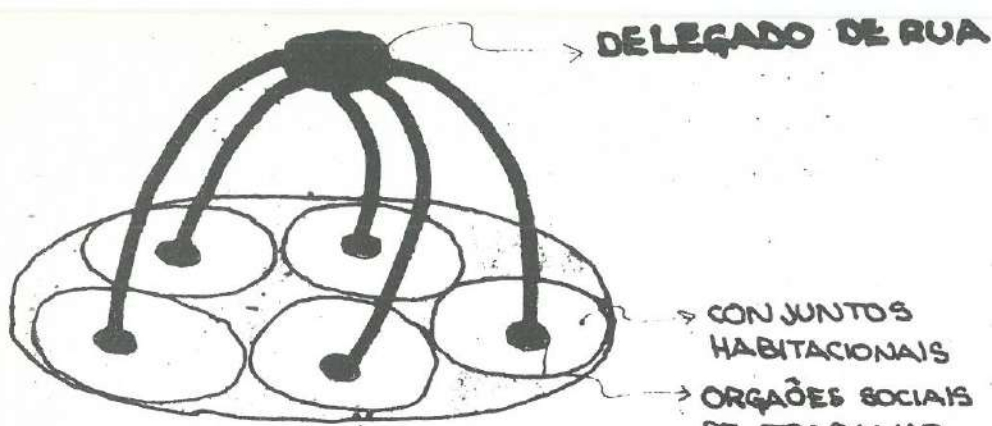
Todos os elementos que queiram continuar na Comissão com o acordo dos habitantes do Bairro têm que se comprometer por escrito a seguir o seguinte programa:

- 1º. Não desistirem enquanto não houver uma completa urbanização e passagem de todas as barracas a casas.
- 2º. A partir da altura em que este programa passar a funcionar passará também a haver dias certos para reuniões de Comissão (dias esses que terão de ser discutidos com todos os elementos da Comissão).
- 3º. Todos os elementos da Comissão terão de dar uma justificação concreta caso tenham de faltar às reuniões faladas no ponto 2.
- 4º. Qualquer atitude individualista de um elemento da Comissão será julgada perante os habitantes do Bairro.
- 5º. Que diga quais os pontos errados com justificação junta.
- 6º. Além das reuniões faladas em 2 podem haver outras imprevistas. Portanto qualquer elemento da Comissão pode fazer uma convocatória; desde que se justifique para interesse do Bairro.
- 7º. Em relação ao N.º. 1 a Comissão não se compromete a dar casas a ninguém, mas compromete-se a lutar para cada um possa vir a poder passar a sua barraca a uma casa onde se possa viver descentemente.
- 8º. Este programa estará em vigor até que o Centro recreativo e a Creche estejam concluídos:

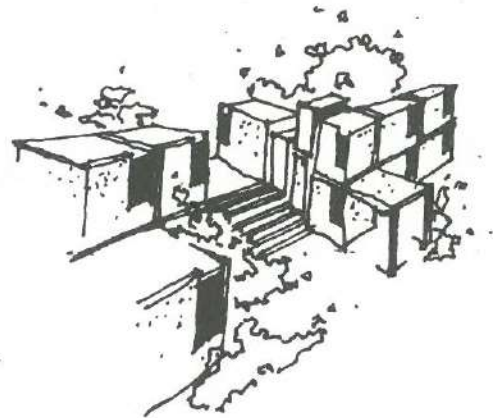
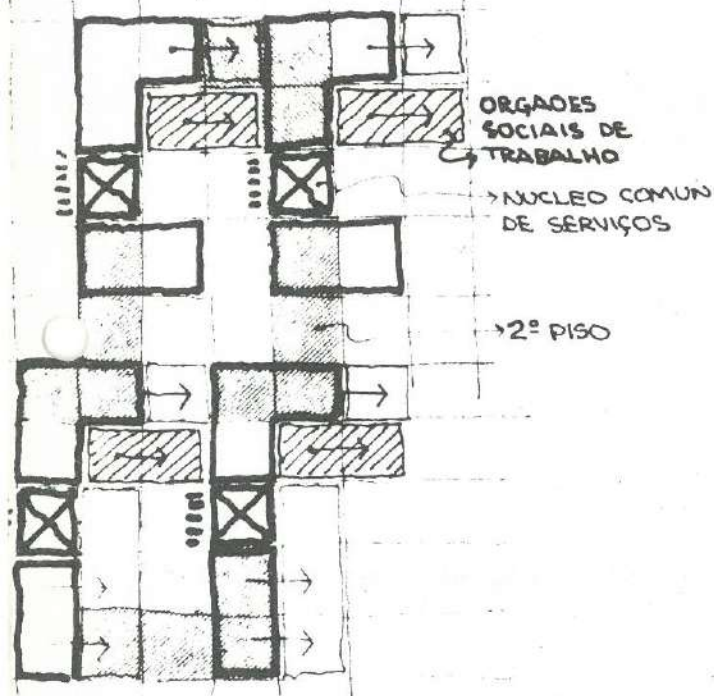
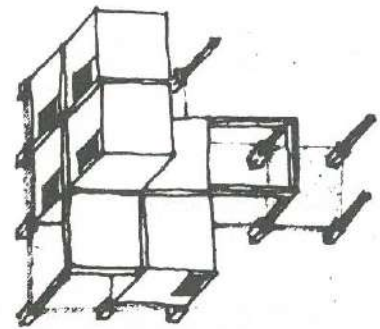
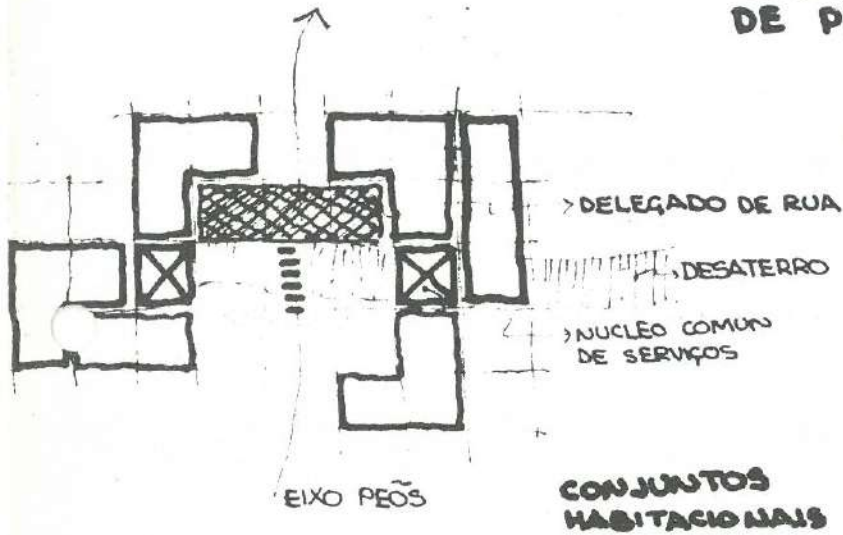


CONSELHO DELEGADOS

ASSEMBLEIA GERAL



UNIDADE SOCIAL DE PLANIFICAÇÃO



MODULAÇÃO RECTICULAR EVOLUÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

7

RELATÓRIO - LINDA-A-PASTORA

Os bairros de barracas existentes em Linda-a-Pastora são: Pombais, Verdes e Eira-Velha. O dos Pombais (fica na zona de protecção da auto-estrada e compreende 107 fogos). O da Eira-Velha tem 28 fogos e o das Verdes 27. Em Junho de 74 a população organizou-se em comissões de moradores constituídos por 6 elementos nos Pombais, 3 nos Verdes e 3 na Eira-Velha. A partir de Dezembro desse ano uma equipa SAAL começou aí a trabalhar. Esta equipa hoje modificada em relação à sua composição inicial, constatou que os bairros são caracterizados:

- Bairro dos Pombais ocupa 1,950 ha e tem uma densidade bruta de 207 hab/ha. O terreno situa-se a Sul da Estrada E.N.G. entre esta e a auto-estrada urbana Lisboa-Caxias. Tem na sua maioria um declive superior a 20%. Está virado a Sul e tem boa protecção dos ventos dominantes. Este terreno pertence à J.A.E. como faixa de protecção da auto-estrada urbana Lisboa-Caxias. Sob o ponto de vista sanitário tem dois esgotos a correrem livremente pelo meio do terreno com todas as consequências poluidoras daí resultantes. Não apresenta um nível de serviços minimamente aceitável. Verifica-se a não existência da rede geral de água nem de esgotos, bem como caminhos estabilizados.

- Bairro dos Verdes ocupa 0,415 ha sendo a sua densidade bruta de 274/hab/ha.

A sua situação localiza-se a Norte da povoação de Linda-a-Pastora, contígua à Quinta dos Verdes. Tem um declive médio entre 10 e 20% com metade de sua área mais ou menos aplanada. É orientado a Sul e está bem protegido dos ventos dominantes. Tal como o anterior não apresenta um nível de infra-estruturas satisfatórias.

- Bairro da Eira-Velha situa-se aproximadamente a uns 60 m do limite nascente do Bairro dos Verdes, ocupando 0,29 ha aproximadamente e tem uma densidade bruta de 335 hab/ha. Tem um declive médio entre 10% e 20%.



A orientação é Sul/Nascente e não tem protecção natural contra os ventos dominantes. Quanto às características de serviços e infraestruturas são análogas às dos anteriores bairros.

Quanto às populações, têm-se notado dificuldades, hoje parcialmente superados, em integrarem-se num projecto colectivo de discussão e solução dos seus problemas.

Estas dificuldades terão de ser atribuídas às características próprias dos residentes dos bairros. Assim a percentagem de analfabetismo é grande, o alcoolismo é frequente e os moradores na sua quase totalidade provenientes de zonas rurais, não têm quaisquer hábitos de associativismo.

Foi localizado um terreno vizinho dos bairros que permite a construção de um bairro que albergue toda a população dos 3 bairros de barracas. O terreno escolhido pela população situa-se em parte cobrindo a actual zona do Bairro dos Verdes e Eira Velha com uma área de 5,5 ha. A orientação dominante é Sul/Nascente.

As dificuldades atrás apontadas ainda mais se acentuam quando se tenta interessar as populações em associarem-se e reivindicarem o terreno. Isto porque as populações estão divididas em 3 grandes grupos regionais, transmontanos, alentejanos e cabo-verdeanos. Por outro lado os possuidores de hortas e aqueles que têm casas de alvenaria põem sérios entraves à sua deslocação para outro bairro.

A equipa SAAL procedeu em Janeiro passado a um inquérito que lhe permitiu conhecer as características da população e planificar o seu trabalho.

Em face das dificuldades apontadas entendeu-se mobilizar a população em torno de objectivos concretos de forma a permitir a criação de hábitos de cooperação.

O objectivo imediato é assim a obtenção dos terrenos. Assim, uma vez estes demarcados, organizou-se o processo para a sua obtenção que deu entrada na Câmara de Oeiras. Assim se conseguiu dar uma maior dinamização às comissões e interessar um maior número de pessoas em colaborar. Há escassas dias o Presidente das Câmaras informou-nos que os terrenos vão ser cedidos às

populações através da sua Associação. Pensamos fazer uma festa simbólica da tomada de posse dos terrenos o que permitirá reforçar a unidade entre os moradores e avançar na constituição da Associação.

Um outro problema que se deparava à equipa SAAL e às comissões era a falta de um local para reuniões. Após um plenário a população decidiu ocupar uma casa devoluta e utilizá-la como sede das comissões de moradores.

Hoje todos os trabalhos das comissões são efectuados nessa sede o que tem permitido um reforço da organização a todos os níveis.

O projecto de constituição da Associação que deparou com certa resistência, é hoje acolhido muito mais favoravelmente e as últimas reuniões têm contado com a presença de elevado e interessado número de pessoas.

Para este avanço contribuiu não só as novas perspectivas da obtenção do terreno, mas também o facto de se terem criado grupos de trabalho e apoio às comissões nos vários bairros. Estes grupos têm divulgado o projecto dos Estatutos da Associação e a necessidade da sua constituição.

Como contributo à mobilização das populações foi criado, como apoio da Equipa SAAL, um jornal local.

No intuito de reforçar essa mobilização vai dar-se início imediatamente a iniciativas de carácter cultural, tais como, cinema, teatro e exposições.

Pretendem ainda as comissões com o apoio da equipa SAAL debruçarem-se sobre assuntos como: assistência sanitária, controle de preços e cursos de alfabetização.

Parece a esta equipa que, continuando-se a desenvolver trabalho de base e se se conseguir vencer uma certa apatia das autarquias locais abrem-se boas perspectivas para a efectiva mobilização dos moradores e o consequente avanço da sua organização.



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

/8

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DA EQUIPA DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO PARA DISCUSSÃO NO SEMINÁRIO

I. INTRODUÇÃO

A situação na estrada da circunvalação, assume características muito particulares em relação ao trabalho normal de uma equipa SAAL, já que a quando do início do trabalho da equipa, existia um plano do Fundo de Fomento da Habitação - Plano Integrado do Zambujal- que previa o realojamento daquelas populações. Contudo, os problemas novos que veio a levantar talvez permitam, uma melhor compreensão do modo como se integra o SAAL no F.F.H. e por sua vez como se relaciona o F.F.H. com as classes para as quais em dado momento diz trabalhar.

1. Localização, distribuição geográfica do bairro e número de famílias existentes.

O bairro da estrada da circunvalação, situa-se na estrada da circunvalação, conselho de Oeiras, entre o parque de campismo de Monsanto e a Buraca, numa extensão de mais ou menos 2km. A configuração do bairro é quase linear apresentando faixas não construídas e pequenos aglomerados de barracas, quer junto da estrada quer mais para o interior, como é o caso do "Casal das Torres" e do "Casal do Zambujal".

O número total de famílias que vivem no bairro é de 370 estando distribuídas do seguinte modo: Casal das Torres-20 famílias; estrada da circunvalação entre o parque do campismo e o rádio Renascença incluindo o Casal do Zambujal-200 famílias; estrada da cir-



circunvalação entre o rádio Renascença e a Burraca-150 famílias.

2. Condições de vida.

2.1 Habitação e condições de sanidade.

O bairro é formado por maioria de barracas de madeira, existindo contudo algumas de tijolo bastante pequenas e mal construídas ; situando-se a maior parte delas mesmo junto da estrada, sem a existência de qualquer passeio.

As condições sanitárias são péssimas, não tendo as barracas: egotos, água canalizada, sendo uma parte não electrificada e não existindo recolha de lixo o que originou a formação de bastantes lixeiras, nomeadamente numa ribeira que está por de trás das barracas e que constitui um grave perigo para os moradores, tendo estes já sofrido as consequências de situação tão deplorável.

Quanto à assistência médica, é nula e constitui neste momento um dos problemas que estão incluídos nos trabalhos mais importantes da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.

2.2 Análise das classes existentes.

O estudo das classes existentes no bairro: lumpem-proletariado, sub-proletariado, proletariado e pequena-burguesia, é que nos permite chegar ao conhecimento da consciência de classe que existe, das dificuldades de mobilização e organização dos moradores, em torno dos seus problemas concretos-habitação, saúde, educação, alimentação, etc. - e formar uma ideia do modo como evoluirá o processo que se pretende iniciar, procurando definir a cada momento qual o papel que cabe à equipa SAAL - como equipa de técnicos apoiando as iniciativas dos moradores.

No bairro da estrada da circunvalação o maior peso está no sub-proletariado-vendedores ambulantes, serviços pessoais de baixa qualificação, operários da construção civil (menos especializados e com grande instabilidade de emprego), etc. - como acontece na maioria dos bairros, contudo, julgamos que existem três aspectos determinantes e que se ligam com a importância das outras três classes:1)

1) O peso insignificante de lumpem-proletariado, ainda que o bairro da Boavista que se situa junto e com o qual existem algumas ligações, apresente já características opostas sobre este aspecto.

2) Um peso bastante grande do proletariado, mesmo de fábricas já com grandes dimensões que se veio a reflectir na organização dos moradores.

3) Abundância de pequenos comerciantes estabelecidos-pequena-burguesia-cuja a acção tem sido contrária ao desenvolvimento da organização dos moradores e que apoiada em certas camadas menos esclarecidas tem tido um papel negativo em relação ao trabalho da comissão de moradores e de boicote às propostas aprovadas pelos moradores nas reuniões gerais.

A acrescentar a estas questões fundamentais, convém referir o nível de rendimentos familiares:

- famílias com rendimentos até ao salário mínimo nacional 3 300\$00, inclusivé, cerca de 19% do total.
- famílias com rendimentos até 6 000\$00, cerca de 50%.
- famílias com rendimentos até 10 000\$00 inclusivé cerca de 87%.
- famílias com rendimentos superior a 10 000\$00, cerca de 13%.

Não pretendemos fazer aqui uma análise exaustiva das condições de vida existentes no bairro, mas sim apresentar alguns dados e um método de análise que permita de facto quando desenvolvido chegar à visão correcta da realidade concreta de cada bairro.

II. ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

No início do trabalho da equipa no bairro, pode-se considerar que existia já uma forma embrionária de organização, que reflectia por parte de um grupo de moradores, a consciência da necessidade de resolver colectivamente problemas muito concretos que iam surgindo no bairro.

Assim, logo na primeira reunião geral de moradores que se fez, foi eleita uma comissão de moradores como primeira forma de se co-

meçar a discutir e resolver organizadamente o problema habitacional e outros problemas imediatos sentidos por esta população.

Com vista a pôr termo a uma prática de compra e venda de barracas, levada a cabo por alguns moradores foi apresentada e aprovada numa reunião geral de moradores uma proposta de regulamento interno do bairro que impedia estes negócios e ao mesmo tempo afastava de todo o processo os moradores do bairro que se provasse serem proprietários de casas ou andares, noutros locais, desde que estivessem em boas condições de ser habitadas.

Dada a existência no bairro de elevado número de analfabetos e de pessoas que estavam interessadas em tirar a quarta classe, os moradores decidiram que através da comissão se organizassem estes cursos, formando-se para tal grupos de trabalho que incluem moradores do bairro e que depois de reuniões preparatórias deram início às aulas, que estão a decorrer ~~neste~~ momento com a mobilização de cerca de 40 pessoas.

Com o avanço do processo quer a nível de todos os entraves que têm surgido à resolução do problema habitacional, quer à necessidade de se promover todo um tipo de actividades de carácter colectivo, começou-se a sentir a necessidade, primeiro em discussões a nível da comissão e depois em reuniões parcelares com grupos de moradores, de uma forma mais avançada de organização, uma associação, através da qual a cada momento e de acordo com as diferentes fases do processo se organizem as formas de luta mais consequentes.

Mas a necessidade de organização e a consciência de que só através dela se poderão alcançar determinados objectivos, não é neste momento sentida por todos os moradores. Por um lado há um grupo, que pela sua situação na produção e pelos interesses que defende se identifica com a pequena-burguesia e que tenta através do lançamento de boatos e do boicote a todo o tipo de iniciativas da comissão, impedir a todo o custo a organização dos moradores na medida em que esta ~~hes~~ impedirá no desenrolar do processo de prosseguir todo um tipo de actividades que eles mantêm à custa do resto dos moradores. Por outro lado, há outro grupo de moradores que não tendo consciência de quais são os seus interesses de classe e da forma de lutar para os conse-

guir são neste momento, devido a uma falta de esclarecimento e de informação por parte da comissão, aliados dos primeiros.

Face a esta situação surge neste momento por parte da comissão a questão de iniciar um processo mais correcto de ligação com o resto dos moradores, que irá passar desde já, pela criação de um jornal de bairro para a concretização do qual se formará um grupo de moradores.

Também e por enquanto apenas a nível da comissão se começou a esboçar todo um movimento de ligação desta não só com outras comissões de moradores para que se vá dando uma perspectiva mais global às lutas desencadadas em cada bairro, mas também com comissões de trabalhadores ligados a diferentes actividades, ligações estas que se concretizaram já com contactos feitos com trabalhadores da saúde, no caso, os trabalhadores do actual Hospital de Santa Cruz com vista a resolver problemas muitos concretos do bairro e ao mesmo tempo promover discussões para a resolução destes problemas a nível mais geral.

III. PLANO INTEGRADO E POLÍTICA HABITACIONAL

3.0. INTRODUÇÃO

Os planos integrados têm que ser analisados em termos de uma determinada política habitacional que terá que ser enquadrada numa perspectiva mais geral da classe ou fracções da classe dominante do bloco social no poder. A política habitacional terá que ser portanto enquadrada em função de uma determinada perspectiva de desenvolvimento económico que serve os interesse da classe dominante.

A agudização das contradições a nível do bloco social no poder a partir de 68, o peso crescente da facção da burguesia ligada às indústrias novas cujas bases de acumulação interna se fechavam cada vez mais, pretendeu uma solução neocolonialista (passando pelo neocapitalismo) para a sociedade portuguesa. A reconversão da economia portuguesa seria feita à custa de um modelo de desenvolvimento baseado nos pólos de crescimento passando pelo chamado ordenamento do território.

É neste contexto que se insere a criação do F.F.H. . Daí os planos integrados tentando dar resposta por um lado às carências habitacionais e determinadas zonas de desenvolvimento industrial, tentando fixar a força de trabalho necessário ao funcionamento dessas indús-

trias, tentando por outro lado através da fixação de rendas baixas baixar o valor da força de trabalho e por essa via aumentar a mais-valia relativa.

O F.F.H. não conseguiu dar resposta a estes dois níveis e em 5 anos construiu 258 fogos. Aliás o não funcionamento do F.F.H. só poderá ser compreendido em função da agudização das contradições na sociedade portuguesa, que é uma análise que não cabe aqui.

Os planos integrados deverão portanto ser analisados em termos de que política habitacional; a que classes serve; quais vão ser as classes que serão realojadas a nível dos planos. O estado via F.F.H. investe um determinado capital num plano integrado, ao fim de x anos esse capital tem que ser amortizado a uma determinada taxa de juro. A execução do plano é entregue a empresas de construção civil através de concurso. O F.F.H. fica no posse das casas. Além disso o método de construção utilizados são os tradicionais. Os custos das casas são muito elevados o que implica rendas muito altas. O critério de fixação das rendas dito renda/rendimento fixa ou fixava à partida as classes a serem aí realojadas. Portanto, é fixada uma determinada taxa de juro um prazo de amortização do capital, a partir daí são fixados vários escalões de renda que permitirão a amortização do mesmo no prazo previsto.

Os planos integrados e neste caso específico o plano integrado do Zambujal, enquanto actividade principal do F.F.H. deverão ser analisados em termos da actual sociedade portuguesa enquanto sociedade de transição.

Se os métodos de construção utilizados contiúam a ser os mesmos, se a execução do plano continua a ser feita por empresas privadas, os custos das casas continuam a ser muito elevados. Quais vão ser as classes realojadas a nível dos planos? Qual vai ser o critério para a fixação das rendas? E se as classes ditas mais desfavorecidas aí serão realojadas prioritariamente o capital do estado funcionará em parte como fundo perdido ou as rendas baixas serão cobertas por rendas mais elevadas pagas pela pequena-burguesia e pela média burguesia que entreanto também serão realojadas prioritariamente nos planos?

Quando o F.F.H. tem um programa de 50 000 fogos para dois anos poderá tentar lançar-se hipóteses em termos das repercussões no sig

tema. A dinamização do sector da construção civil a possível criação de novos empregos e as repercussões em termos do sector de bens de consumo com a criação de uma procura não solúvel desencadeando-se por aí um processo inflacionário.

É neste contexto que se deve inserir o caso concreto do plano integrado do Zambujal que prevê o realojamento de 2 000 famílias, com prédios de 4 e 8 pisos (1750) e 250 em auto-construção, com equipamento social constituído por campos de jogos, escolas, creches, centro comercial. O custo do plano é de cerca de 800 000 contos. Com um prazo de amortização do capital de 50 anos e 20 anos a uma taxa de juro de 6,5%. As rendas dos andares (custo do andar cerca de 400 contos) seriam de 1 500\$00 e das casas (custo das casas em autoconstrução cerca de 250 contos). Se pensarmos no caso concreto do bairro da estrada da Circunvalação em que 50% das famílias vive com menos de 6 000\$00 mensais e dado que existe por parte do F.F.H. (fruto da luta dos moradores) a garantia de que as rendas serão fixadas de acordo com o rendimento das famílias, quais serão as classes que vão ser realojadas nos restantes fogos do plano. Em termos de uma política habitacional dita social-um critério de prioridades em termos das classes mais desfavorecidas-a classes operária, basicamente operários não especializados. Mas então recoloca-se de novo o problema do capital do Estado funcionar como fundo perdido, recoloca-se de novo o problema da política habitacional e a que classes serve.

É a partir desta análise que deverão ser entendidas as críticas mais gerais dos moradores da estrada da Circunvalação ao plano do Zambujal e o processo de luta dos moradores contra o F.F.H. .

3.1. O plano integrado e a ligação com as populações

A solução de realojamento prevista para a zona era o plano do Zambujal encontrando-se já numa fase muito avançada (projecto).

O contacto ou ligação equipa técnica do plano populações a serem realojadas nunca se pôs ao nível das populações participarem na elaboração do programa do projecto nem a equipa procedeu a inquéritos ou contactos directos junto das mesmas populações.

A primeira ligação equipa técnica do plano/população foi com Stas. Martas; e isto porque havia um compromisso por parte do F.F.H.

de realojar a população de Stas. Martas no referido plano e entro ca receberia 48 000\$00 do Penamacho se as obras do plano se inicias sem dentro dos prazos estabelecidos. Ou seja a revalorização da zo na de Miraflores dado que o bairro de barracas desapareceria. A po pulação nunca reivindicou o terreno aí ser realojada.

Esta ligação com a população pôs-se ao nível da apresentação do plano como a única solução de realojamento: os primeiros contac tos com a população foram difíceis.

É neste contexto de um plano já praticamente concluído (sem que as populações tivessem participado na sua elaboração); de uma ligação com as populações colocada ao nível da apresentação do pla no como a solução; de um decreto-lei que diz que as populações que habitem em bairros de lata na zona de um plano integrado têm direi to a serem aí realojadas, que surge por parte da equipa do plano a proposta à coordenadora do SAAL da constituição de uma equipa SAAL que trabalhasse no bairro da estrada da Circunvalação.

3.2. A equipa SAAL e as suas funções

A equipa do plano apresentou também uma proposta das funções que a equipa SAAL teria: resolução das questões imediadas-água, luz, esgotos, organização dos moradores, animação cultural, apresentação do plano como a solução de realojamento; funcionar como intermediário entre a população e a equipa do plano.

A proposta foi aceite considerando-se no entanto que o plano constituia uma proposta a apresentar aos moradores e como tal sujei ta à discussão.

3.3

Em Janeiro de 1975 o plano do Zambujal, foi apresentado no bairro. A partir daí, quer a nível das reuniões da comissão, quer a nível das reuniões de moradores, iniciou-se a discussão do mesmo.

O primeiro nível de críticas surgiu da análise de questões con cretas que se colocariam, uma vez realizado o plano, e que diziam respeito a:

1) Divisão estabelecida no plano entre casas em sistema de au to-construção (250 sendo 50% para Santas Martas) e casas de 4 pisos com renda vitalícia. Esta questão veio a ser encarada como conduzir do na prática a três tipos de divisão dos moradores:

1. Divisão em termos de dimensão do agregado familiar (a au to-construção tinha só até T3).

2. Divisão em termos do tipo da casa.

3. Divisão em termos das condições económicas das famílias.

2) Custos previstos para a construção quer das casas, quer do equipamento social e comercial, quer ainda os custos de futura manutenção de um plano com estas características.

A partir daqui os moradores foram tomando consciência de que o plano não correspondia nem às suas necessidades nem aos seus interesses, reivindicando para si o direito à participação na escolha da solução habitacional que melhor lhes conviesse, passando pelo direito à escolha do terreno, do tipo de casas e do modo como deveriam ser construídas.

Posto isto, a reacção por parte da equipa do Zambujal e da direcção do F.F.H. não se fez esperar. A tática seguida, foi a de tentar deslocalizar o conflito moradores-plano do Zambujal (F.F.H.), para um conflito a nível de serviço, SAAL-F.F.H., sendo feito um desafio ao SAAL. em termos da apresentação de uma contra-proposta. Durante este período a Direcção do F.F.H. convocou as duas equipas de técnicos (SAAL e equipa do Zambujal) para se procurar definir qual o modo de resolver o problema. Nesta reunião várias alternativas foram colocadas pela equipa do Zambujal e pela Direcção do F.F.H., indo desde a saída da equipa SAAL do bairro (considerada como incompetente e agitadora), até à sua completa integração na equipa do Zambujal (assumindo neste caso o papel de pedagogos em relação à população com vista à aceitação do plano como melhor solução técnica conseguida), a que veio ser aceite, foi a de deixar as coisas como elas estavam esperando o futuro evoluir dos acontecimentos.

Pelo lado dos moradores, assistiu-se então a um aprofundamento das críticas feitas, passando para um nível já mais avançado, em que veio a ser posta em causa toda a ideologia que estava subjacente ao plano.

As questões colocaram-se então em termos de que é o plano integrado? porque é surge? que interesses é que defende? e que classes é que pretende alojar? Partiu-se assim para apresentação de alternativas, em relação a cada uma das soluções apresentadas no plano, tendo em conta que haveria que definir quer a tipologia, quer o equipamento social, quer o equipamento comercial (cooperativa de con

sumo), de acordo com as necessidades e com os interesses dos moradores.

Como resultado, foi apresentado no F.F.H. à equipa do Zambujal e ao vice-Presidente, um ante-projecto, que previa toda uma reestruturação do plano, e em particular a formação de um novobairro com o equipamento necessário para as 400 famílias aí residentes.

Depois de uma tentativa de recusa imediata por parte do vice-Presidente do F.F.H. a equipa do Zambujal, usando de uma argumentação perfeitamente demagógica autoritária, e paternalista, vieram a aceitar as reivindicações dos moradores, no que diz respeito apenas ao caso concreto das 400 famílias não prejudicando isso o futuro andamento do resto do plano.

Redefinição do trabalho da equipa.

Para além do referido ante-projecto, foi apresentada também pelos moradores, a reivindicação em relação à necessidade urgente da construção de um barracão que servisse de sala de reunião, sala de aula e de um posto médico.

Depois de certa discussão sobre o custo desse barracão e o tempo que levaria a ser feito, utilizando os métodos normais dos planos integrados, mais uma vez acabou por ser feito um desafio à equipa do SAAL, em termos de ser esta a fazer o projecto e apresentá-lo mais tarde a aprovação, sendo decidido nessa altura (se a associação de moradores já estivesse legalizada), qual a forma de a levar à prática.

3.4. Situação actual e questões que se colocam.

Neste momento caiu-se num certo impasse, motivado por uma certa indefinição quer por parte da equipa do Zambujal, que ainda não apresentou dados concretos, quer também por parte dos moradores que ainda não definiram qual a via pretendida para a continuação do processo. Esboçou-se neste momento também, uma tentativa por parte da equipa de Zambujal em reunião com a Direcção do F.F.H. no sentido de as futuras relações com os moradores serem modificadas profundamente. Em primeiro lugar todas as reivindicações seriam apresentadas por escrito à Direcção do F.F.H. (a via seria a da carta), não havendo quaisquer contactos directos com as equipas de técnicos. Em segundo lugar exigência de que os moradores fossem representados por uma direcção de uma Associação de moradores já legalizada, não sendo

reconhecida à comissão qualquer representatividade.

Apesar de em relação a este caso concreto se admita uma certa excepção, dadas as condições e os contactos já tidos, prevê-se que daqui para o futuro isto sirva de modelo nas relações do F.F.H.com os moradores.



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

9

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O TRABALHO DA EQUIPA DO SAAL, ORGANIZAÇÃO
DAS POPULAÇÕES E ASPECTOS TÉCNICOS E POLÍTICOS DO PROCESSO SAAL

4/4

ALBANO A. C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
AAC. DIVERSOS / 9Considerações Gerais

- Os avanços, dificuldades e determinantes da operação SAAL, tal como ela é actualmente concebida, baseiam-se na iniciativa popular dos moradores dos bairros degradados e, portanto, em última análise, dependem do nível de consciência política e de capacidade organizativa das populações. Só esta consciência e esta capacidade permitirão evitar qualquer "solução" de carácter paternalista ou tecnocrático do problema da habitação, ou apoiando o processo SAAL na sua formulação actual e tomando-lhe a direcção, ou redefinindo-o em novas bases mais de acordo com os interesses das classes trabalhadoras.
- Nesta perspectiva, a tarefa das equipas SAAL deve centrar-se, aparte a sua natural função de apoio técnico e jurídico, na dinamização da organização autónoma das populações que, só elas, poderão definir e defender os seus verdadeiros interesses.
A composição social dos moradores (proletariado ou pequena-burguesia), as suas condições actuais de habitação, os seus diferentes graus de consciência política e a própria perspectiva política dos membros das equipas SAAL fazem com que, necessariamente, o processo SAAL apresente profundas diferenças de bairro para bairro e de região para região.
 - Perante as potencialidades de uma tal movimentação, não é de admirar que a ela se oponham toda a casta de reformistas e reacçãoários, mais ou menos enfeudados aos partidos políticos, ocupando posições importantes no aparelho de Estado. Esta oposição reveste-se de diversas formas, que vão da tentativa de oportunisticamente liderar o processo em proveito deste ou daquele partido até ao boicote puro e simples. Neste contexto se inserem toda a série de dificuldades e atrasos registados ao nível de algumas autarquias locais e o bloqueamento dos instrumentos legais e dos meios financeiros imprescindíveis para concretizar os objectivos do processo.

Condições existentes e trabalho desenvolvido nos bairros da Pedra Furada (V. F. de Xira), Avieiros (V. F. de Xira) e Alverca.

- Após seis meses de trabalho, forçoso é constatar um falhanço que, se não se verifica ao nível do cumprimento das diversas e complexas tarefas técnico-burocráticas exigidas pelo esquema actual do processo SAAL, se pode considerar total no seu aspecto político que, evidentemente, é fundamental em todo este trabalho.
Não é por acaso que se tem como dado que é a classe operária que, historicamente, incumbe liderar a revolução socialista. Se por um lado isso se deve ao facto de os operários, trabalhando na fábrica, sentirem mais clara e nitidamente que ninguém as contradições da sociedade capitalista e o processo de exploração a que estão sujeitos, por outro, e é o que aqui mais nos interessa, as suas condições de inserção no processo produtivo favorecem a unidade entre os trabalhadores, condição fundamental para a luta contra a



exploração.

Estas condições não se verificam ao nível de outros sectores da vida social, como nos locais de habitação. Aqui, a ideologia individualista e pequeno-burguesa dominante cria divisões constantes e dificulta ao máximo o trabalho colectivo.

Para libertar a iniciativa popular e fazer avançar o processo torna-se então fundamental apoiar tudo o que possa unir, e combater tudo o que possa desunir.

É neste ponto que se joga o êxito ou a derrota da iniciativa do SAAL em Vila Franca de Xira.

5. A situação actual apresenta como aspectos positivos a existência de uma certa movimentação ao nível dos bairros em geral, comissões de moradores eleitas, associações de moradores legalizadas. Como aspectos a combater destacam-se a tendência para descarregar todo o trabalho sobre os elementos das comissões de moradores; uma redução do trabalho colectivo à perspectiva do novo bairro, não se desenvolvendo para qualquer outro aspecto de resolução de outros problemas comuns; fraco nível reivindicativo (a reivindicação apresentada em Abril ao Primeiro-ministro é manifestamente insuficiente em relação às reais capacidades de solvência de grande parte da população*) e tendência para a atitude expectante. A esta situação corresponde, forçosamente, uma grande desmobilização em relação a cada atraso ou dificuldade, com um conseqüente recrudescer do divisionismo.
6. Em conexão com a situação descrita, importa particularizar um pouco de que tipo são e onde têm origem as citadas dificuldades e atrasos. Em primeiro lugar destaca-se a perspectiva política que presidiu à elaboração do orçamento do FFH (12 milhões de contos para a indústria privada de construção e apenas 1 milhão de contos para o SAAL). Em segundo lugar, continua-se à espera de toda uma legislação que permita esboçar a concretização do processo, com especial realce para o decreto sobre o financiamento. Em terceiro lugar, a incapacidade técnica do FFH, particularmente no que respeita ao sector de engenharia, que mostra não estar em condições de apoiar com um mínimo de rapidez o desenrolar do trabalho. No que se refere à Comissão Administrativa da C. M. de V. F. de Xira, estando reticente quanto à orientação política (autónoma) que o movimento poderá adquirir, tem facilitado o trabalho ao nível técnico.
7. Quanto ao trabalho de apoio técnico, está terminado o projecto de infra-estruturas do bairro da Pedra Furada, assim como o projecto do bairro. Em relação ao bairro dos Avieiros, devido à situação particular dos terrenos a adquirir - sob jurisdição do Porto de Lisboa e, em parte, ainda propriedade de uma pequena unidade de comercialização de ferro - o processo está mais atrasado. O respectivo projecto está porém terminado. No que respeita ao bairro que irá servir um certo número de moradores de Alverca, o trabalho está no seu início. Concretamente em relação aos terrenos possíveis, aguarda-se uma informação da Hidrotécnica Portuguesa sobre as zonas de expansão urbana da vila.

(*) - A este respeito, e a título ilustrativo, ver o Anexo I.

8. Como elemento informativo, dinamizador e de ligação dos diferentes bairros, pensa-se lançar um boletim regular. Tal boletim, nas actuais circunstâncias, nascerá forçosamente como informação do SAAL, sendo a sua acção e participação alargados de acordo com as necessidades do processo expressas pela actividade dos moradores. Um certo insucesso no lançamento de jornais de parede (dos quais ainda se fizeram alguns números), que esbarraram com alguma incompreensão e indiferença, recolocam a questão da elaboração de um verdadeiro órgão informativo e organizador.

ANEXOS

- 1- Quadro ilustrativo dos custos e financiamento relativos ao projecto do bairro da Pedra Furada, dentro das condições actualmente previstas no processo SAAL.
- 2- Estatutos tipo de Associações de Moradores, discutidos e aprovados em reuniões de moradores.
- 3- Fotografias.

ANEXO I

QUADRO ILUSTRATIVO DOS CUSTOS E FINANCIAMENTO RELATIVOS AO PROJECTO DO BAIRRO DA PEDRA FURADA, DENTRO DAS CONDIÇÕES ACTUALMENTE PREVISTAS NO PROCESSO SAAL.

BASE: Atribuição de 60 contos por fogo, sendo o restante reembolsável no prazo de 20 anos e ao juro de 5% ao ano.
Custo estimado por m² : 2000\$00

<u>TIPO</u>	<u>CUSTO</u>	<u>ÁREA</u> (em m ²)	<u>RENDA MENSAL</u>
T4 Grande	238.000\$00	119	1.130\$00
T4 Médio	218.000\$00	109	1.000\$00
T4 Pequeno	198.000\$00	99	875\$00
T3	138.000\$00	69	495\$00
T3 Evolutivo	196.000\$00	73	545\$00
T2	106.000\$00	53	250\$00
T2 Evolutivo	120.000\$00	60	380\$00
T1	70.000\$00	35	60\$00



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

10

ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

110

1/6

RELATÓRIO DO PROCESSO S.A.A.L. EM LINDA-A-VELHA

- I ZONA E POPULAÇÃO
- II A EQUIPA
- III DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO
- IV BREVE ANALISE DO PROCESSO

Lisboa, 20 de Maio de 1975



I ZONA E POPULAÇÃO

O S.A.A.L. intervem em Linda-a-Velha (Concelho de Oeiras, distrito de Lisboa) em nove pequenos bairros: Biscoiteiras, D.Aninhas, Andorinhas, Alto de Santa Catarina, Bairro da Rolda, Balteiro, Bairro da Camara e recentemente Bairro da Estrada da Junça; e Bairro do Olival do Pereiro.

Tendo os bairros entre 10 a 40 famílias, num total de 195 e com uma média de 3,5 pessoas por família.

Nota: não fazemos neste relatório a análise sociológica da população que seria importante mas alongaria demasiado esta análise.

II A EQUIPA

É constituída actualmente por 3 elementos (psicóloga, arquitecto e estudante de engenharia) que não começaram a trabalhar ao mesmo tempo, mas pela seguinte ordem:

psicólogo - desde Dezembro de 1974

arquitecto - " Fevereiro de 1975

est. de engenharia - desde Março de 1975

Este facto ligado a algumas outras circunstâncias tem acarretado notável discrepância entre o contributo da equipa para a organização e mobilização da população e por outro lado a eficiência da sua resposta técnica, em termos da preparação da construção de habitações.

III DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

O processo S.A.A.L. em Linda-a-Velha tem como dominante em qualquer das suas fases o trabalho de mobilização e organização da população e não tanto o processo de resposta técnica

da equipa a carências habitacionais de solução urgente (não tem havido solicitação da população neste sentido) ou a longo prazo - construção do novo bairro.

Assim considerando o aspecto dominante definimos três fases:

A. Primeiros contactos com as Comissões de Moradores dos diversos bairros e com as populações (Dez. 74 e Jan.75)

- apresentação da operação-Saal: projecto do Governo equipa para Linda-a-Velha.
- inquérito à população existente e suas condições de vida
- o grupo de Comissões de Moradores com que entrámos em contacto era constituído por 1 ou 2 representantes de cada um dos oito bairros associados desde o início do processo; estas C.M. não eram eleitas mas sim pessoas que se tinham afirmado em algumas obras promovidas pela CDE como construção de fontanários.
- foi grave neste período a inexistencia de trabalho de arquitecto, estando um único elemento a trabalhar na equipa local com o apoio da coordenadora. O arquitecto designado para trabalhar em Linda-a-Velha chegou a ir a algumas reuniões mas veio a desistir 2 meses depois.

B. TRABALHO PARA A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
(fev. e Março de 75)

- reuniões das C.M. para a discussão dos Estatutos e poucas **Reuniões Gerais**;
- * ~~análise~~ dos resultados do inquérito;
- Início de conversações com a Camara de Oeiras para investigação dos terrenos possíveis para a construção do novo bairro

- formação do grupo e publicação do 19 número do jornal "Os Sempre Unidos"
- falência das C.M. não representativas e desligadas da população;
- nesta fase **houve um período** de cerca de 15 dias em que a **equipavão** teve arquitecto e depois do qual veio a ser contratado o actual arquitecto.

C. ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES (Abril e Maio 75)

- aprovação final dos Estatutos em 4 de Abril e escolha do nome da Associação "Associação 25 de Abril de Linda-a-Velha;
- eleição dos Corpos Gerentes, em que ficaram os principais líderes de processo; em 11 de abril;
- ocupação e organização de uma Sede: legalização da casa; biblioteca; bar; Banhos; pedidos de ajuda a fábricas, editoras, movimentos, etc...
- organização da Associação: inscrição de sócios; escolha de símbolos; processo de legalização; alargamento do processo a mais um bairro por desejo dos moradores deste - é o bairro da Junça, com 44 famílias;
- ocupação do terreno : três dias depois da escolha em Assembleia Geral fez-se uma "festa de apropriação" no terreno escolhido. O terreno tem uma área total de 4,3 hec., solo bastante plano, está situado junto da Estrada da Marconi, bastante perto do centro de Linda-a-Velha;
- entrega do processo de expropriação do terreno;
- integração do processo de Linda-a-Velha na luta geral dos bairros pobres pelo direito à habitação: intervenção activa nas reuniões da InterComissões dos Arredores de Lisboa, apresentação de proposta organizativa com objectivos claros e avançados, participação no Secretariado e grande actividade de mobilização para

a manifestação de 17 de Maio, em que participaram mais de 100 pessoas do bairro, o que lhes veio dar consciência de nova dimensão da sua força... e do seu poder (?).

O processo SAAL em Linda-a-Velha encontra-se actualmente, em Maio, na fase C., últimas etapas.

IV BREVE ANALISE DO PROCESSO

Do ponto de vista da mobilização e animação cultural consideramos o processo de Linda-a-Velha bem encaminhado no sentido da capacidade organizativa e de reforço do poder da população e seus órgãos representativos, o que tem sido o motor essencial do processo.

Pode considerar-se a primeira fase de grande expectativa perante o programa do Governo (e suas hesitações) e de grande mobilização (ainda desorganizada). Nas Reuniões Gerais estão regularmente presentes cerca de 80 a 100 pessoas e nas da C.M. cerca de 10, o que é notável numa população de 140 famílias em bairros dispersos.

A segunda fase em que se trabalha essencialmente com as C.M. em reunião fechada e se realizam poucas Reuniões Gerais e "não se vê nada feito", é uma fase de desmobilização crescente em que só o aparecimento do jornal e a realização das reuniões gerais de discussão dos Estatutos vieram animar, e para a que contribuiu também o facto de o arquitecto (técnico mais "reconhecido") ter começado a trabalhar.

A terceira fase, de ocupações vitoriosas, grande esforço organizativo, abertura e coordenação política com outros bairros, pode considerar-se de grande mobilização já organizada e conduzida decididamente pelos próprios moradores.

Do ponto de vista técnico, como resposta da equipa ao problema habitacional mais directamente, é evidente o atraso quer em si quer em relação a outros aspectos do processo.

Assim, só há dias se entregou o processo de expropriação do terreno e se iniciou o projecto.

Para este atraso contribuiu decisivamente o modo anormal de formação da equipa (atrás referido) bem como a falta de coordenação com a equipa central do SAAL ou outras equipas, a este nível, o que a própria equipa não soube superar.

No entanto, a equipa de Linda-a-Velha prevê que, dadas as características do processo em Linda-a-Velha e estando as condições políticas globais influenciadas pela afirmação de força e organização crescente dos bairros pobres, nesta fase o avanço será muito rápido caso se possa contar com o apoio incondicional do FFH, do Governo e das autarquias locais.



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

/11

ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

/11

ALBANO A. C. PEREIRA
SAAL NACIONAL 7 SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

Com este documento apresentamos uma breve história do processo SAAL. Beja, nos Bairros do Pelame e Esperança, destacando as várias fases de intervenção, e incidindo sobre as situações mais representativas que permitam uma avaliação crítica do processo.

Assim, dividimos o nosso processo em três fases (para o estudo das quais nos apoiamos em três alíneas), que passamos a expôr.



1.^a FASE DO INÍCIO DA INTERVENÇÃO À FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES (AGOSTO/
DEZEMBRO DE 74)

a) Processo com a população:

As primeiras actividades com os bairros surgiram com a presença da Arqt.^a Margarida Lobo, aqui deslocada para a elaboração de inquéritos sobre o problema habitacional, que constariam do Plano de Urbanização de Beja, em estudo pelo atelier do Arqt.^o Atougia.

As populações começaram a mobilizar-se no sentido de conseguirem melhorias para os bairros, que apresentaram num caderno reivindicativo. Foram nesta altura eleitas as primeiras comissões de moradores (3 elementos) para entrega na C.M.B. dos respectivos cadernos reivindicativos (meados de Agosto).

Em reuniões posteriores com a população, em que foram explicados os objectivos do processo SAAL e a necessidade da fundação de Associação foram eleitas novas comissões (10 elementos), com as quais a Equipa passou a reunir periódicamente a fim de discutir os vários pontos (obtidos através de "chuva de perguntas" dos próprios moradores) que levaram à elaboração dos estatutos das Associações formadas.

Durante este período reunimos apenas com as comissões, tendo sido estes alvo de insultos por reunirem à porta fechada sem que se desse conta de algum avanço conseguindo.

Seguimos este processo por nos parecer que, além das comissões serem representativas dos interesses do bairro, seria esta a única forma organizada de se discutirem todos os assuntos que levariam mais tarde à elaboração dos estatutos. Mais tarde verificámos que tal processo tinha sido negativo, como adiante será analisado.

Esta foi uma das mais representativas do processo ao nível da actualização das comissões. O processo foi seguido com bastante interesse, e embora uma vez ou outra surgissem desânimos e dificuldades de aceitação do regime de propriedade colectiva, esses incidentes foram ultrapassa-

dos, de tal modo que uma vez elaborados os estatutos e fundadas as Associações a Equipe ficou convencida de uma integração total no processo e entendimento do mesmo por parte das comissões e posteriormente das populações dos bairros. No entanto mais tarde observaram-se certas dissidências como veremos adiante.

b) Actividades Paralelas:

Foram nesta altura elaborados os primeiros projectos de urbanização dos bairros; o projecto de infraestruturas, e o arranjo do caminho de peões, no Bairro Esperança.

Fizeram-se também as primeiras intervenções junto da Comissão dos Equipamentos Colectivos para elaboração do projecto dos infantários, uma das reivindicações mais significativas dos Bairros.

c) Posição dos Organismos Relacionados:

C.M.B. A colaboração da Câmara de Beja, foi apenas positiva, e tem sido até à data, no que respeita à boa vontade do Presidente. O mesmo não se pode dizer dos técnicos que fazem parte dos seus quadros. Assim, sendo o projecto e as obras de infraestruturas de competência deste organismo e não tendo os técnicos responsáveis respondido como se desejava, a Equipe foi obrigada a entregar o projecto a um técnico contratado para tal fim, e que a partir dessa data passou a estar integrado na Equipe em regime de par-time.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS; COMISSÃO DOS EQUIPAMENTOS COLECTIVOS - Estes organismos foram contactados para resolver o problema dos infantários.

Foi solicitado ao Ministério dos Assuntos Sociais verba para as obras, tendo respondido este Ministério que uma vez que havia sido pedido um infantário geral na cidade não se justificavam outros em bairros proximos.

Em relação à Comissão dos Equipamentos Colectivos embora alguns elementos se tenham deslocado cá em visita aos terrenos e nos tenham pedido os elementos necessários, que foram enviados, a resposta foi perfeitamente nula.

F.F.H. - Desde o inicio do processo que a Equipe se sentiu desaiada por parte deste organismo. Desde a demora das respostas às

verbas solicitadas para as obras, honorários da Equipe, e cobertura do pagamento ao Diário do Governo pela publicação das escrituras das Associações, a todo o apoio técnico que foi ainda mais sentido nas fases seguintes.

2ª FASE ELABORAÇÃO DO PROJECTO DOS FOGOS. INICIO DAS ACTIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES (JANEIRO/MARÇO 75)

a) Processo com a População

Esta ~~foi~~ uma das fases mais representativas do processo com a população, porque tendo as Associações iniciado as suas actividades, e, integrados neste processo, tendo-se iniciado as primeiras reuniões de sócios, foi mais fácil auscultar a capacidade de mobilização das populações, a capacidade de actuação dos corpos gerentes, e de descobrir certas lacunas por parte da equipe.

Com as primeiras inscrições de sócios foi-se notando um certo desapontamento em relação ao regime de propriedade colectiva, e dificuldade de entender as vantagens deste sistema, embora imediatamente após a fundação das Associações, se tenha feito reuniões de esclarecimentos, durante as quais não foram levantadas objeções (aqui verificámos o nosso erro em não ter feito acompanhar toda a população neste processo, limitando-nos a reunir com as comissões).

Através de várias explicações por parte da Equipe as populações aparentemente foram-se integrando e aceitando o processo. Dizemos aparentemente porque tendo em conta a situação Sócio-Cultural em que se encontra esta gente, tudo nos leva a considerar essa situação passiva, muito mais sintomática de um desejo de conseguir determinado melhoria de condição de vida, inviável fora deste processo, do que duma real consciência das bases políticas em que assenta o sistema de apropriação colectiva habitacional.

Nomeadamente, e pareceu-nos bastante importante frisar tal facto, a aceitação do processo de auto-construção foi mais um reflexo de conformismo de que do aproveitamento desta situação como forma de organização e união das populações. Devemos dizer que muitas vezes se insurgiram contra essa situação, nalguns casos por a considerarem injusta, noutros, por não acreditarem na boa vontade do pessoal do bairro. Outro ponto que as populações tiveram bastante dificuldade em

aceitar, foi a necessidade de investimentos por parte destas para cobrir as despesas de construção não subsidiadas pelo Estado.

Aqui cabe-nos perguntar - será isto um reflexo de má orientação por parte da Equipe, uma dificuldade por deficiência de informação cultural e política, de descobrir os aspectos positivos do trabalho colectivo, ou o sintoma de que as populações se apercebem, embora de uma forma intuitiva, do reformismo do processo SAAL, muito mais interessado em "cobrir lacunas", do que, de uma forma justa, dar às populações aquilo que durante tantos anos lhes foi roubado ?

Durante esta fase o processo com a população teve algumas quebras motivadas fundamentalmente por um certo "desapoio" por parte de equipe. Por um lado, porque a elaboração do projecto não nos permitia a continuidade das reuniões de fase anterior, e por outro lado, porque verificámos que havíamos caído num certo paternalismo que só prejudicava o amadurecimento das Associações.

Houve algumas desistências de corpos gerentes, imediatamente substituídos. Atravessaram-se alguns periodos de descrença em relação às Associações e em relação ao próprio processo SAAL (um dos principais motivos foi o atraso na atribuição das verbas pedidas, ou melhor do seu conhecimento...).

No entanto fomos assistindo a um amadurecimento progressivo por parte das comissões, que no inicio do processo eram incapazes de dar um passo para a frente, solicitando que fosse sempre a equipe a resolver todos os problemas, mas que no seguimento do processo se foram mostrando capazes de iniciativas próprias.

b) Actividades da Equipe. Actividades Paralelas.

Fase de elaboração e orgamento do projecto de habitação evolutiva. O projecto foi elaborado baseando-se essencialmente nas possibilidades de intervenção local, e na auscultação das populações, já que os elementos de consulta e apoio superior foram deficientes. Assim, acabamos por cair num tipo de construção tradicional com todas as consequências de ordem monetária que daí adveem. Foram tentados abaixamentos de preços através de contactos com firmas que fizessem os preços dos materiais mais baratos, principalmente por as aquisições serem em grandes quantidades, e ainda através do contacto com o Centro de Formação Profissional Acelerada da Aljustrel que se comprometeu a

fornecer portas e janelas.

Paralelamente iniciaram-se e prosseguiram as obras de infraestruturas dos Bairro da Esperança, e foi concluindo o melhoramento do caminho de peões para o mesmo bairro.

Foram ainda preparados os elementos para início das obras do caminho da Bairro do Pelame à Estação Depuradora de Esgotos (a partir da qual há uma estrada de ligação entre o Bº de N.ª Sra. da Conceição e o Bairro de Esperança), para o serviço de autocarro.

c) Posição dos Organismos Relacionados

C.M.B. - A posição da C.M.B. manteve-se sensivelmente como no período anterior. Devido a insistências da população, foi conseguido para o Bairro da Esperança um pavilhão desmontável (estrutura metálica) para alojamento temporário das famílias cujas barracas terão de ser demolidas em consequência das obras de águas e esgotos.

Continuou a haver um certo apoio do Presidente, mas devemos notar que muitas coisas sô foram conseguidas por insistências tanto da população como da Equipe.

F.F.H. - Este foi um dos períodos em que o mau funcionamento do F.F.H. mais se fez sentir. A má coordenação dos serviços superiores do SAAL (não nos interessa neste momento discutir se isso terá sido um dos reflexos dos conflitos interiores do F.F.H., pois esse assunto será visto, supomos, durante a decorrência do seminário a realizar), e a falta de apoio (tanto ao nível dos elementos gerais de consulta, como de sistema de ordem técnica) essencial para um bom decorrim^o do processo, obrigou-nos como atrás foi referido a um processo de trabalho "intuitivo" e baseado fundamentalmente em contactos locais.

3ª FASE PREPARAÇÃO PARA O ARRANQUE DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO. INÍCIO DA CONSTRUÇÃO (DE MARÇO ATÉ À DATA)

a) Processo com a População:

Iniciámos as reuniões com as primeiras brigadas de construção. Ao contrário do que se previa as reuniões foram bastante participadas (de notar a presença dos ciganos de quem se dizia o pior).

O início das obras foi bastante participado, principalmente no Bairro da Esperança, na obra de aproveitamento do pavilhão cedido pela C.M.B. (a título de empréstimo!...). Nesta obra compareceram ciganos que sempre foram considerados "gente de má raça". Apesar das más opiniões, tanto na obra como nas reuniões, não houve qualquer incidente com eles, o que nos leva à verificação dos resultados positivos do trabalho colectivo.

No entanto pouco depois do início das obras começou a notar-se desinteresse, e estamos neste momento a atravessar um período crítico, que consideramos o reflexo das bases pouco sólidas e de má estrutura em que tem assentado este processo, para não falar já da falta de apoio da C.M.B. que tinha obrigação de colaborar com toda a maquinaria necessária para as obras.

Um dos motivos mais directos é a necessidade de nesta fase de proceder a uma assistência contínua à obra, que não tem sido possível, por um lado, por a Equipe ser continuamente solicitada por uma diversidade de assuntos (incluindo os casos de reparação cujas solicitações vão surgindo dia a dia), e por outro, fundamentalmente, por o técnico da equipe mais responsável nesta fase trabalhar em regime de par-time.

b) Actividades da Equipe. Actividades Paralelas.

Preparação do projecto das estruturas, revisão dos orçamentos, contactos com fornecedores de materiais, início da contabilidade das Associações.

Foram também nesta face iniciadas as obras do caminho do Pelame à Estação Depuradora de Esgotos.

c) Posição dos Organismo Relacionados.

C.M.B. Contratação e pagamento de alguns operários para execução das obras no pavilhão cedido por este organismo ao Bairro da Esperança. Compra do terreno de expansão do Bº do Pelame.

Várias vezes a C.M.B. foi solicitada para empréstimo da maquinaria necessária às obras, situação na qual correspondeu em parte, mas devido a longas insistência das comissões.

F.F.H. Foram enviados os documentos relativos ao projecto aos quais a equipe pedia resposta que ajudasse a resolver certas dificuldades, no entanto as solicitações não tiveram até à data a resposta necessária.

NOTA FINAL

A meditação sobre este processo, leva-nos a considerar que embora alguns aspectos positivos possam ser destacados, atingimos um ponto de crise, que esperamos seja ultrapassado através de um maior apoio por parte do órgão central do SAAL. e através de um intercâmbio das experiências das outras equipas integradas neste processo.

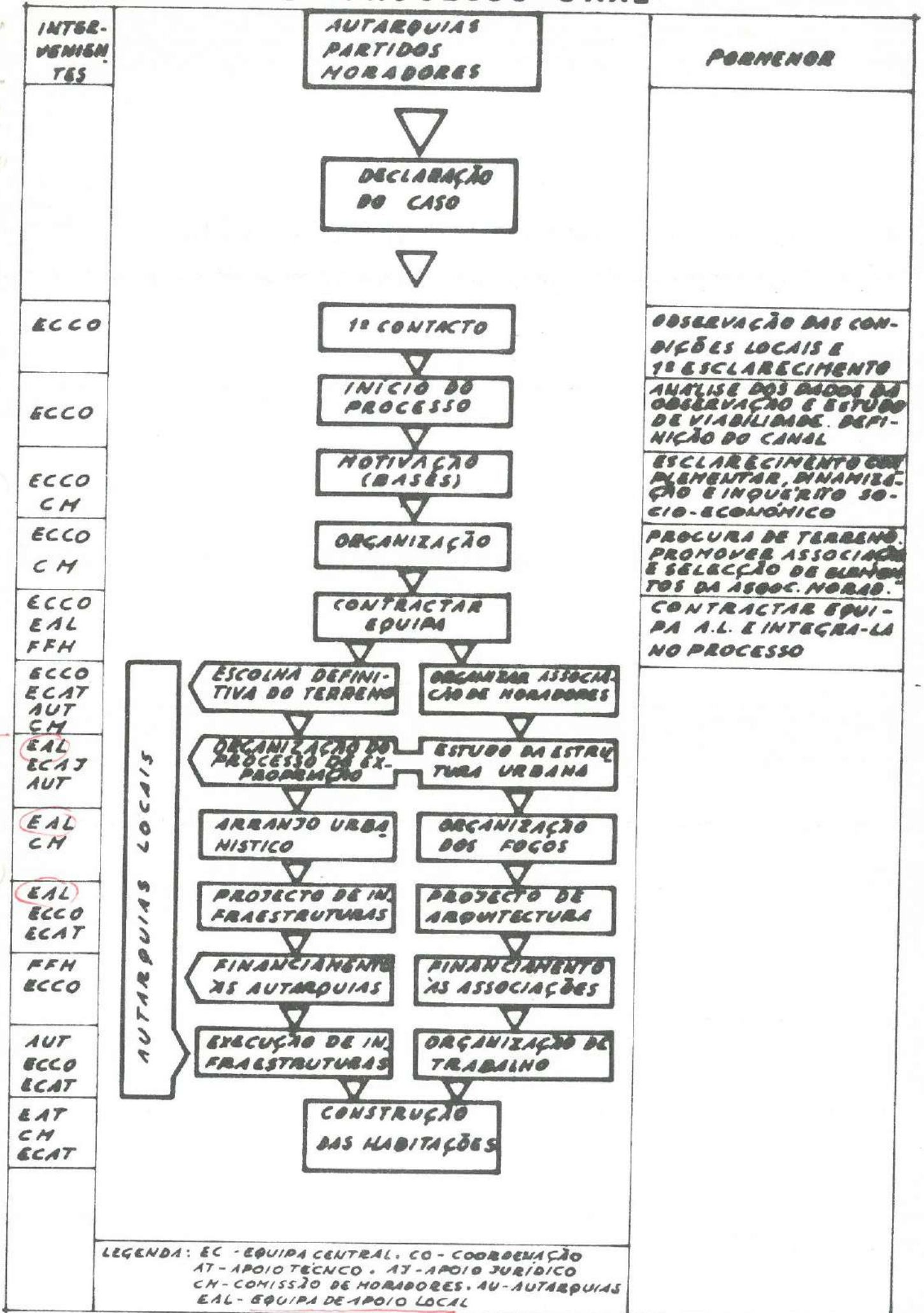
PROGRAMA HABITACIONAL DO MESA

Quadro de pormenor

Nº de fogos	ENTIDADE	Valor total (contos)	1975		1976	
			1º TRIM.	3º e 4º T.	1º SEM.	2º SEM.
50 000	FFH (vários)	11 250 000	1 500 000	3 500 000	3 300 000	2 950 000
20 000 a 30 000	FFH (CD)	8 000 000 a 12 500 000	1 000 000	3 500 000	2 000 000 a 4 000 000	1 500 000 a 4 000 000
8 500	SAAL	1 000 000	150 000	330 000	320 000	200 000
6 000	Cooperati.	3 000 000	50 000	400 000	1 000 000	1 500 000
5 500 a 15 500	Inic. Priv.	6 500 000 a 19 350 000	1 500 000	3 000 000 a 5 000 000 a	1 000 000 a 6 100 000 a	1 000 000 6 750 000
100 000	-	42 600 000 a 47 400 000	3 700 000	10 800 000 a 12 800 000	12 720 000 a 15 300 000	12 900 000 15 600 000

apresentado no F.F.H. pelo S.E.H. em 9/5/975

FLUXOGRAMA DO PROCESSO SAAL



QUADRO DE CÁLCULO DAS MENSALIDADES DE AMORTIZAÇÃO

FUNDO PERDIDO 60.000 c.c./FOGO

TIPOLOGIA	ÁREAS M ² *	% FOGOS SEGUNDO TPL *	CUSTO DOS FOGOS (centos)				RENDAS MENSAIS (escudos)						CUSTO M ² , CONSTRUÇAO PERIODO DE ANOS * A TAXA DE JURO 5%										
			1550/m ²	1800/m ²	2000/m ²	2500/m ²	1550/m ²		1800/m ²		2000/m ²			2500/m ²									
							25	20	25	20	25	20		25	20								
T0	35,2	8	54.560	63.290	70.382	87.842	116	136	163	190	200	234	246	258	293	302	378	442	450	527	527	343	343
T1	45,4	13	70.370	81.629	90.777	113.296	150	176	210	246	250	293	308	340	360	360	450	490	490	612	612	716	716
T2	54,1	31	83.855	97.272	108.173	135.007	179	209	250	293	308	360	360	490	490	612	612	716	716	716	716	716	716
T3	73,6	32	114.080	132.333	147.163	180.366	244	285	340	398	419	490	490	612	612	716	716	716	716	716	716	716	716
T4	94,3	11	146.165	169.557	188.553	235.326	312	365	436	510	537	628	628	785	785	918	918	918	918	918	918	918	918
T5	108,2	5	167.710	194.554	216.634	270.013	358	419	500	585	616	720	720	900	900	1053	1053	1053	1053	1053	1053	1053	1053

* nº obtidos com base na análise dos projectos de Camarate, Falagueira, Linda-a-Pastora, Beja, Duna e Praia da Luz (ALGARVE)

** nº obtidos com base na análise dos programas de construção dos bairros de Torre e S^o António (CAMARATE), Falagueira, Linda-a-Pastora, Beja, Duna e Praia da Luz (ALGARVE)

"O povo precisa de apoio, mas será o povo a conduzir-se ... A autoconduzir-se através da luta! Quero que V^ª.Ex^ª. leve junto das forças progressistas, junto do M.F.A., a certeza de vontade firme deste povo: quer conduzir-se a si próprio e sabe rá conduzir-se, para o que precisa de apoio!... Confiamos na "Operação SAAL" ! O tempo o dirá..."

Jornal de Noticias, 5/2/75

(Bairro do Vilar-Porto)

ORDEM DE TRABALHOS

- 1º. - Análise do processo SAAL. Seu enquadramento na política habitacional do país.
- 2º. - Metodologia de trabalho com as populações.
- 3º. - A estruturação do SAAL
 - a) Contrato de trabalho.
 - b) Relações Equipas Apoio Local/Equip. Coordenação.
 - c) Coordenação/F.F.H.
- 4º. - Apoio técnico a prestar pelas equipas de coordenação.
- 5º. - Conclusões

HORÁRIO

Sáb. (24) , às 15 h	-	1º. ponto	O.T.
" (") , às 21 h	-	2º. "	" "
Dom. (25) , às 9 h	-	3º. "	" "
Dom. (25) , às 15 h	-	4º. "	" "
Dom. (25) , às 21 h	-	5º. "	" "
Seg. (26) , às 9 h	-	Visitas aos bairros	



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

/12

I - ORIGENS

1. Reivindicações populares pelo direito à habitação

Diário de Lisboa - 21/5/74

A Curraleira organiza-se

" Os habitantes do bairro de lata da Curraleira organizam-se para lutarem pelo seu direito à habitação. Na sequência de de uma assembleia de moradores realizada no sábado passado, ficou nomeada uma comissão de população e um "conselho técnico" que tentará encontrar solução para o grave problema, de acordo com os pontos de vista expressos pelos moradores.

A proximidade dos locais de trabalhos e a impossibilidade de pagar rendas elevadas e despesas de transportes levou os habitantes da Curraleira a exigir não serem transferidos da zona que ocupam.

...Em ordem à concretização das suas exigências, os moradores presentes declararam-se dispostos a colaborar com o seu trabalho e pediram apoio técnico para a elaboração do plano de construção do "novo bairro da Curraleira" que todos desejam, admitindo que tenham de pagar rendas económicas comportáveis"

Diário Popular-26/5/74

Reclamações dos moradores do Bairro das Caixas de Previdência de St^o. António dos Cavaleiros.

1^o de Janeiro - 23/5/74

Bairro da Previdência da Pasteleira: inexistência de infra-estruturas sociais para três mil habitantes.

1^o de Janeiro - 22/5/74

Reivindicações dos moradores do Bairro de S. Vicente de Paulo



Jornal do Comércio - 22/5/74

Manifestação de unidade dos moradores dos Bairros Camarários de S. Roque e de Machado Vaz

"... No final de reunião foram entoadas canções e repetido o "Slogan": "Moradores Unidos Jamais Serão Vencidos"

Diário de Lisboa - 21/5/74

Pretensões dos moradores do Bairro das Caixas de Oeiras.

Diário de Lisboa - 26/5/74

Depoimento de habitantes do Casal Ventoso.

"-Olhe, ninguém melhor do que nós - e temos quase todos a mesma profissão-poderia construir barracas menos desconfortáveis do que estas. Mas, qual quê : se as não fazemos de noite, em poucas horas, eles vêm e derrubam-nas... Pois se as atiram abaixo mesmo quando estão feitas...

- Houve uma reunião, recentemente, onde expusemos o nosso problema o qual, garantiram-nos, seria levado à Junta de Salvação Nacional. Ficamos de lá ir outra vez. Depois logo se vê... Muitos não quiseram ir, por causa de recearem rendas altas que não podiam pagar. Criticaram-nos, até, mas estou certa de que ninguém gosta de viver nestas condições. Todavia, as rendas"

Diário de Notícias - 30/5/74

Reivindicações de moradores de um bairro de casas económicas (Cedro em Vila Nova de Gaia).

O Século - 29/5/74

Casas ocupadas no Bairro de Vilarinho em Matosinhos.

Diário de Lisboa - 28/5/74

O povo do Bº. da Liberdade elegeu uma Comissão.

" O povo do Bairro da Liberdade reunido num comício organizado pelo Comité de Bairro Estrela Vermelha, decidiu que :

I - Fosse eleita uma comissão que represente os interesses do povo do bairro.

II - As posições definidas e votadas pelo povo fossem defendidas pela comissão eleita.

III - As posições são :

a) Exigir casas dignas, pois o povo tem direito a casas dignas e que para isso só a sua luta autónoma e não a espera em qualquer promessa de reforma resolverá o problema.

b) Exigir a construção de um mercado

Quanto aos problemas gerais da luta do povo português :

a) Exigir a imediata e completa independência para os povos irmãos das colónias, condenando qualquer forma neo-colonialista que continue a exploração imperialista sobre esses povos

b) Saudar o povo da Boavista e os operários em greve, achando que as lutas desenvolvidas por essas camaradas são a única forma justa do movimento de massas e do movimento operário conquistarem os seus justos objectivos imediatos :

Diário de Lisboa - 21/6/74

O que o Governo não faz fazem os moradores do Alto dos Moinhos

" Os moradores do Bairro do Alto dos Moinhos vão tomar nas suas mãos a realização das obras de necessidade mais urgente - saneamento e construção de uma creche provisória - se o Governo não as mandar executar entretanto. Os meios serão angariados através de uma caixa económica, com base no valor das rendas de ocupação dos terrenos. Este propósito foi anunciado ao Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, numa exposição assinada

pela Comissão de Moradores de acordo com a decisão tomada pela assembleia dos habitantes daquele bairro

Diário de Lisboa - 24/6/74

Reunião no Bairro do Relógio

Deitar as casas abaixo e construir de novo.

" A Comissão do Bairro do Relógio reuniu-se, na noite de Sábado, com alguns moradores para decidir sobre problemas a apresentar ao plenário de habitantes, a fim de que se possa dar solução às péssimas condições habitacionais em que o bairro tem vivido de há dez anos para cá

... A reunião decidiu ser absolutamente necessário reconstruir completamente o bairro, em alvenaria, no mais curto espaço de tempo, iniciando desde já a reparação das casas que não aguentarão até lá em condições mínimas de habitabilidade. É necessário exigir também um estudo urbanístico do bairro para que ele seja dotado daquilo que o povo precisa : posto médico, mercado, teatro ou quaisquer outros projectos que o povo ache necessários.

As decisões aprovadas nesta reunião serão apresentadas à população num comício plenário a realizar, para que a população as rectifique ou altere de modo a serem apresentadas o mais depressa possível às entidades competentes.

Foi focada a necessidade de colaboração das comissões dos diversos bairros Camarários e de toda a população em geral ".

O Século - 28/6/74

Demolição de barracas

" Decidiu a população dos bairros de lata das quintas da Curralareira e Pinheiro, aproveitando a oportunidade que o M.F.A. ofereceu ao povo, formar uma comissão para tratar da demolição das barracas para, em seu lugar e com a ajuda dos moradores e das entidades competentes, ser construído um bairro com habitações decentes

A comissão lembra ainda ao povo que necessita de habitação decente, que não deve esperar que seja só o Governo a fazer o que todos necessitam, mas sim que devem tomar a iniciativa e trabalhar. Sugerem a necessidade de uma possível contribuição dos que não têm problemas de habitação como forma de apoio a iniciativas deste género, por que todas as ajudas, sejam de que género

forem, serão úteis ".

Diário de Lisboa - 2/7/74

O problema da habitação em bairros de lata :

" Os moradores das Quintas da Curraleira e do Pinheiro decidiram formar um comissão para tratar da demolição das barracas e, em seu lugar, com a ajuda dos moradores e das entidades competentes, ser construído um bairro de habitações decentes para todas as famílias.

A comissão já encetou contactos nomeadamente com o Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, que esteve no local para se inteirar das necessidades da população e com a Associação dos Inquilinos Lisbonenses que oferecem apoio local ".

Diário Popular - 6/7/74

Aspirações dos habitantes das Quintas das FONSECAS

1º. de Janeiro - 8/7/74

Bairro da Liberdade - Setúbal

" Pedem os moradores do Bairro da Cova do Canastro para que se construam blocos de moradias decentes para aquela pobre gente que ali reside, com habitações higiénicas, com zona verde e uma escola para os seus filhos.

Que sejam aproveitados aqueles terrenos onde estão implantadas as barracas de miséria.

Que se peça dinheiro às grandes empresas, dizem, em empréstimos aos organismos competentes, que depois se pagarão pondo cobro a uma situação de miséria incrível.

Construa-se um novo bairro a que se chame Bairro da Liberdade, e não bairro de lata "

Diário Popular - 5/7/74

A ocupação indevida de casas de bairros sociais focada numa nota oficial. (Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo)

Entretanto vai dar-se início a várias operações de saneamento e reconstrução de bairros de lata e clandestinos, onde as populações começam a organizar-se em cooperativas para esse fim.

Repete-se assim, o apelo a elementos porventura exte-

riores às populações que, desde 10 de Maio, vêm ocupando casas, para se juntarem às brigadas que se estão a organizar para apoiar positivamente os moradores na melhoria das suas condições de vida e sem prejudicar pela invasão, já violenta em alguns casos, outras famílias não menos necessitadas das casas para que se inscreveram nos termos legais".

A Capital - 15/7/74

Bairros do Porto reivindicam novo regulamento

"Os moradores pretendem ainda que "a vida dos bairros deverá ser regulada pela vontade dos seus próprios habitantes..."

... Foi ainda sublinhado que os moradores criaram já um sistema de comissões democraticamente eleitas com o fim de consciencializar, estudar, decidir e executar as medidas necessárias para o bem-estar e segurança de todos os habitantes..."

O Século - 19/7/74

Reunião das comissões de moradores dos bairros camarários

"A mesa que presidiu à reunião era constituída por representantes de cada uma das comissões de bairro presentes e, ainda, pelos architectos Alves Costa e Alcino Soutinho e dr. Mário Brochado Coelho.

No decurso da reunião, o arq. Alves Costa prestou à assembleia informações sobre a qualidade das habitações que a Câmara, desde há cerca de vinte anos vem ~~construindo~~ nos chamados bairros camarários e o Dr. Mário Brochado Coelho informou que a comissão câmarária que pretende "resolver" os problemas dos bairros até ao presente ignorou a participação e a vontade dos interessados-moradores".

República - 23/7/74

Camarate : uma terra condenada pelas suas tradições democráticas e de luta anti-facista

" Os elementos directivos da Junta de Freguesia têm trabalhado continuamente com os delegados no Conselho Municipal ... que a freguesia elegeu, com os representantes de bairros também eleitos pelos respectivos habitantes e com os dirigentes e técnicos municipais, para formulação dos anseios populares, determinação dos anseios populares, determinação das soluções prioritárias e concretização das obras mais urgentes, que estão em vias de arranque ".

Diário de Lisboa - 20/8/74

Bairro do Acácio (Porto)

A tuberculose dentro de barracas :

" As informações dadas por um dos elementos da comissão de moradores, durante uma reunião a que assistimos agora no Bairro do Acácio, deixavam antever o sentido do esforço e da luta iniciada pelos seus habitantes : Queremos que a Câmara compre o terreno e nos ajude a reconstruir o bairro. Vamos entrar em contacto com o Arq^o. Nuno Portas para o Governo nos ajudar a construir casas em que se possa viver. Casas com ar para se respirar e que não ameacem desabar em cima de nós ".

Este problema que é comum a muitas zonas da cidade do Porto, encontra assim por parte das populações um propósito da solução. Solução em que querem participar as populações interessadas, contrariando o processo habitual de transferir as pessoas para locais distantes do seu trabalho como sucedeu com os "ghetos" conhecidos pelo nome de "bairros camarários". A comissão do bairro do Acácio vai proceder a um inquérito, barraca por barraca, para dar a conhecer a sua verdadeira situação ".

Comércio do Porto - 25/9/74

Famílias da Zona das Antas

Querem habitações decentes

" ... Sintetizando a opinião do Dr. Mário Brochado Coelho que esteve presente na Assembleia Popular dos Moradores das Antas, se algumas leis vão saindo é porque as pessoas fazem força nesse sentido.

" Estamos, porém, todos na iminência de que saia uma lei que não responda às necessidades das pessoas. Aí as pessoas terão de estar atentas, unirem-se e exigirem melhores condições de vida. Os moradores terão pois de manter-se unidos. Só constituído-se associativamente é que as pessoas terão possibilidades de defender os seus direitos ".

A Capital - 4/2/75

Moradores do bairro da lata reivindicam condições de vida humanas (Bairro do Sporting)

Lutemos por melhores condições de alojamento enquanto aqui estivermos : esgotos, luz, água e uma casa pré-fabricada para

reuniões de esclarecimento, convívio, alfabetização de adultos, instalação de telefone e caixa postal.

Diário de Lisboa - 16/11/74

Bairros degradados

" O Governo espera que se criem Associação de Moradores nos bairros degradados" - indicou o S.E.H.U. Nuno Portas na reunião de equipas do SAAL ...

" Bairros degradados" é uma expressão nova, ou de utilização oficial recente, se se quizer, designando os núcleos habitacionais possíveis de arranjo dentro de um módulo mínimo de condições de vida,

Quanto ao SAAL que está a apaixonar toda uma fornada de jovens arquitectos, sociólogos e assistentes sociais, nasceu na sequência da iniciativa de dois ou três bairros degradados de Lisboa, cujos moradores se dirigiram ao Governo (era ainda o 1º. Governo Provisório).propondo-se como mão de obra para recuperar as casas se e quando as entidades oficiais dessem " uma mão " .

2. " Técnicos propõem respostas eficazes a problemas de habitação

A Capital - 18/6/74

Técnicos propõem respostas eficazes a problemas da habitação

" A intervenção da população através de grupo de acção, assim como a descentralização na tentativa de resolver os problemas de habitação ...

Verificando-se que os organismos estatais ligados a estes problemas têm dado uma resposta lenta e viciada em relação a estas orçências, pretende-se agora criar um processo de intervenção mais rápido e eficaz."

Diário de Lisboa - 17/6/74

Análise Pública dos problemas da Habitação

" Reunião efectuada no Teatro S.Luis. Esta iniciativa tem como objectivo pressionar as estruturas fechadas, burocráticas e tecnicistas em que funcionam as instituições do Estado. Tenta-se também proporcionar uma participação efectiva por parte da popu-

lação, órgãos e entidades locais, na sua decisão e realização.

Estas acções verdadeiramente vividas e objectivadas em resoluções de carências de habitação permitiriam, no entender do grupo de pessoas que desencadeou este processo, integrar as acções de intervenção local, nos propósitos de uma política global de habitação, para o que pediria o apoio do Governo com vista à sua efectiva concretização.

O Século - 25/6/74

Vai favorecer-se o crédito para habitações acessíveis

" A necessidade de avaliar diplomas entretanto preparados e outras medidas de política, levou a reunir no último fim de semana em Lisboa, com os técnicos mais próximos do gabinete, um grupo de notórios especialistas de nacionalidade espanhola, italiana e chilena - ... - e a qual se centrou sobre as medidas a seguir em face da crise imobiliária e dos movimentos populares de reivindicações de melhores condições habitacionais, as quais serão objecto de próxima comunicação ao País ".

O Século - 12/6/74

O Arq^o. Nuno Portas e o direito à habitação

" ... Assim, estou consciente da contradição existente no apoio imediato a camadas populares organizadas em cooperativas, para construirem os seus bairros de lata, como julgo estar a preparar-se na Curraleira, que se uniu nesse sentido e à qual será dado apoio directo através de alguns organismos que possam depender, directa ou indirectamente da Secretaria do Estado.

... É evidente, que nós Secretaria de Estado, tomaremos também as nossas iniciativas. Não é indiferente que se siga ou não neste meu sector, uma política social que se pretende activa e prioritária em relação às camadas não previligiadas. Isso leva a que os técnicos que forem para a província em missão, em brigadas de urbanismo activo, para trabalharem, directamente, junto dos municípios e das populações, tenham, simultâneamente, o papel de militantes ou de educadores, no bom sentido, não paternalista do termo.

... Ainda não existem de facto, mas está no nosso plano mobilizar gente nova, estudantes de arquitectura, por exemplo, misturá-los com técnicos capazes que já existam nos serviços, centrifugar esses recursos humanos, o que significa uma missão de sacrifício

durante um certo período, dando, ao mesmo tempo, como palavra de ordem a essas brigadas o tentar descobrir os verdadeiros anseios da população, através da tomada de consciência da mesma população do que são as suas próprias necessidades.

- Essas brigadas serviriam não só de elo de ligação com o poder central, mas também para a resolução imediata dos problemas locais. Não cometer-se certamente erros, vamos todos cometer muitos erros, neste período de Governo Provisório, ...

II - POLÍTICA HABITACIONAL

1. Medidas de política.

A Capital - 31/10/74

O espaço e a cidade são instrumentos do capitalismo.

"A luta de classes, ou seja, a luta da classe trabalhadora contra o capitalismo estende-se, hoje em dia, a todo o espaço geográfico e não se confina à empresa ou à fábrica, como no tempo de Marx. A classe operária de agora tem de lutar pelo alojamento, pelo equipamento social, pelos transportes, porque o espaço e a cidade tornaram-se os instrumentos do capitalismo.

O capitalismo não se contenta com ocupar o espaço rendibilizando-o pela construção imobiliária e pela especulação de terrenos. Serve-se do espaço para afastar as classes trabalhadoras dos centros de decisão, localizando-a na periferia ... O espaço tal como a sociedade, hierarquizado, controlado pelo Estado, o que oferece uma dupla vantagem à burguesia: Vende o espaço muito caro e consegue controlá-lo autoritariamente. Por isso, a burguesia em França nem tem necessidade do fascismo: basta-lhe o espaço repressivo. E pode-se dar ao luxo de ser liberal.

Bairro da Lata da Pedra Furada

"CONSTRUÍMOS UM PALÁCIO E VIVEMOS EM BARRACAS"

A República - 23/10/74

Diz um dos moradores: "Fizemos um palácio aqui em cima na Quinta da Confidente que ficou em seis mil contos. Tem piscina e praça de touros. É habitado só no Verão e não é sempre. Há mesmo anos que só é habitado um mês ou pouco mais. Tem lá só o caseiro durante todo o ano. Está a ver isto? Tanta casa vazia que deve haver por aí, e a gente continua aqui nas barracas. Há tantas pessoas (tenho a certeza disso) que têm muitas casas vagas. Porque têm eles tantas casas e não temos nós uma casita pobre para podermos viver? ... e com as coisas bem pensadas até podíamos habitar aquelas casas que eles habitam, porque até somos pessoas como eles."

Segundo um perito da ONU: Auto construção de prédios pequenos em vez de se erguerem grandes edifícios - a melhor forma de solucionar o problema habitacional das populações mais desfavorecidas.

"Regra geral, a insuficiência das políticas de habitação convencionais seguidas nos países subdesenvolvidos para resolver o problema das classes menos fornecidas baseia-se no facto de os regulamentos estarem feitos para os ricos e não para os pobres - salientou o arqtº. John Turner, ao falar ontem para os componentes das trintas brigadas que, em Lisboa, no Porto e em mais dez cidades portuguesas, estão empenhados na recuperação dos bairros degradados.

... John Turner salientou que é altamente proveitosa a capacidade de iniciativas e realização das populações, desde que se consigam libertar das peias burocráticas e se possam situar em posição que lhes permita o "controle" da resolução das suas próprias necessidades. Para isso, defendeu a organização de Associações de Moradores e um sistema de auto construção em que intervém o médio empresário.

Afirmou, a seguir, que a auto-construção pura é aconselhada para resolução do problema de uma única família, mas que para solucionar problemas que exigem mais fogos habitacionais torna-se mais rentável construir pequenos edifícios de dois ou três pisos, com a colaboração de um médio empresário.

Manifestou a opinião de que as cooperativas têm o perigo de se sofisticar e, acontecendo tal, deixarem de servir os pobres para apenas interessarem à baixa-burguesia de nível económico relativamente baixo.

"O segredo da extraordinária produtividade dos auto-construtores - sublinhou - é que se lhes permite o acesso aos recursos que necessitam para a satisfação das suas necessidades"....

Expresso - 20/7/74

O actual problema da construção.

"-... a industria da construção, propriamente, emprega cerca de 20 000 trabalhadores; juntado-lhe os que exercem a sua actividade quase exclusivamente para o seu aprovisionamento, como as industrias subsidiárias

e fornecedoras de materiais e equipamentos (cimento, ferro e aço, produtos cerâmicos, vidros, madeiras, loiças sanitárias, oficinas de carpintaria, serrelharia e de canteiro, etc.) teremos um número à volta de 300 a 350 000 pessoas, o que ultrapassa francamente os 10% da população activa portuguesa (cerca de 3 milhões). A produção do sector, atinge, em produtos finais, 25 milhões de contos a mais."

A Capital - 21/8/74

Nuno Teotónio Pereira

"É urgente que se inicie imediatamente uma política que contrarie a divisão de Lisboa em duas partes: uma onde vive a burguesia e está bem tratada e equipada e outra, a dos suburbios, na qual está instalado o proletariado. "

República - 31/8/74

Declarações do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo - As urbanizações clandestinas são uma consequência dos erros da política habitacional do anterior regime.

" - A promoção da habitação social far-se-á por vários processos que de comum têm o objectivo de baixar os custos finais de cada casa.

- Dado que há famílias insolventes que, como já dissemos, não têm capacidade para remunerar o capital investido da sua casa, temos de procurar, com base nos estratos económicos relativamente mais altos que ocupem esses bairros e no cálculo de rendas adequadas, que esses estratos remunerem melhor o capital, em favor dos outros, conseguindo-se, assim, um processo indirecto de redistribuição de rendimentos."

Diário de Notícias - 25/11/74

Impulso à habitação social

"Obter fogos de renda acessível e lutar contra a crise de trabalho nos sectores ligados à construção civil é o duplo objectivo dos "contratos de desenvolvimento" a celebrar com as empresas construtoras por organismos dependentes do estado ...

... o estado vai (tb.) atribuir 60 contos por família aos moradores dos bairros das barracas que se organizem em cooperativas com o objectivo de se caminhar para a solução de um dos problemas mais graves da Grande Lisboa."

República - 21/1/75

Não serão imediatos os resultados práticos da cooperação internacional no domínio da habitação - afirmou o Arq^o. Nuno Portas ao regressar de Nova Iorque.

"A contribuição portuguesa à Conferência de Vancouver não poderá ser mais do que o testemunho do lançamento de uma política urbana nova: com efeito, só a mudança de política que sofreu o nosso país, desencadeou a formulação de uma nova estratégia na utilização dos recursos, dando prioridade absoluta às camadas sociais mais oprimidas e que vivem em condições mais insuportáveis. Em consequência, o nosso projecto de demonstração será orientado pela mudança da capacidade de intervenção activa dessas camadas na tomada de decisões que lhes dizem respeito".

Depois de referir-se "à situação explosiva que atinge um terço da população urbanizada portuguesa a quem é impossível oferecer uma esperança realista de satisfação a curto ou médio prazo das necessidades consideradas urgentes", Nuno Portas considerou a conveniência de "desenvolver uma via alternativa, quer do nível institucional quer ao nível técnico". E esclareceu:

"O 1^o. princípio: a acção urbana arranca com a mobilização popular dos mal alojados ou, se se quiser, dos mal-urbanizados. Esta acção não é somente uma acção reivindicativa, mas orienta-se para a organização local de base, sob a forma cooperativa, com vista à gestão de programas concretos de mudança do quadro de vida - ou seja, da definição de "standards" aceitáveis (naturalmente evolutivos), não porque alguns funcionários o decidiram e uma vez por todas, mas porque a comunidade assumiu consciência das limitações e decidiu a melhor estratégia a seguir

O segundo princípio: há uma perioridade do processo de desenvolvimento e do papel que nele tomam os diferentes agentes (administração, industria, população, projectistas) quanto à escolha tecnológica ou das "soluções".

Colóquio sobre habitação e urbanismo

" ... Pouco depois, falou o Arq^o. Bruno Soares que explicou o que é o SAAL e disse mais adiante que a nossa política de habitação tem 3 linhas. Uma destinada às classes mais abastadas e que se pode considerar "liberal", outra apoiada pelo Estado para um determinado estrato social com capacidade para pagar uma renda determinada, e uma outra destinada ao estrato mais baixo, a maioria da população... .

... no decorrer da sua intervenção disse ainda que a reivindicação dos bairros da lata se deve fazer no próprio local. Entretanto, comentando as palavras do orador, uma assistente manifestou a opinião de que "só mesmo as massas e o povo é que têm de fazer arrancar todo o sistema, e não a força do Estado".

A Capital - 20/2/75

Nuno Portas a " A Capital"

" - A definição de uma política de habitação em termos muito gerais, e que eu tenho vindo a propor há um certo tempo, consiste na coexistência de três vias de produção de alojamento e penso que aí vão recair fundamentalmente, as possibilidades de acção no domínio da habitação.

- Temos assim - prosseguiu - um primeiro canal, o do controlo da iniciativa privada, que tem, sobretudo, um efeito para a classe média e que é o que vai produzir as casas de renda limitada nos próximos meses; um segundo canal, da construção directa pelo estado, de bairros que depois são entregues à população, ou seja, aquilo que já conhecemos, embora aumentados em quantidade e revisto quanto às categorias nas casas e nas diferenças nas rendas e ainda no modo de atribuição e um terceiro e último relativamente novo e também chamado da auto-construção e perante o qual as populações de Lisboa tomaram agora uma posição contrária

... - há uma ideia que apareceu expressa em comunicados de algumas comissões de moradores da área de Lisboa, de que a auto-construção é um "cas

tigo" para as classes populares, para as classes mais desfavorecidas. Daí o raciocínio: Não nos interessa este canal, não nos interessa o SAAL concretamente, porque as classes mais desfavorecidas ainda são penalizadas por terem elas próprias de construir a sua casa. Quem tem de fazer casas é o Govern~~o~~ no que tem de no-las entregar a rendas acessíveis

... - os custos para a população do segundo e terceiro canais têm de ser rigorosamente iguais e se algum for mais desfavorecido, terá de ser o da auto-construção.

- ... se uma parte da população quiser antecipar a procura de certos recursos, em trabalhos, dinheiro, materiais, ou até em iniciativas e imaginação, e quiser por esses atributos na construção da própria casa, do próprio bairro, não deve ser mais sacrificada que outras famílias que esperam um ano ou dois pela casa e que depois entram para esta quando estiver já concluída, passando simplesmente a pagar o juro correspondente ao capital investido. Se alguma coisa deve haver é um prémio às que aceitam antecipar este processo fazendo a auto-construção... .

- A população entendeu-o bastante bem, no período inicial. Devo até lembrar que o SAAL nasceu depois de várias representações de bairros de Lisboa e duas do Porto terem aqui vindo dizer que iriam auto-construir, se lhes fossem dispensados recursos financeiros e apoio técnico. Entretanto, não se fazem casas sem terrenos... Logo, a operação casas não pode começar ainda porque houve mais atrasos em relação ao que foi previsto, a vários níveis...

- Penso que esta tomada de posição representa muito mais um cansaço e uma impaciência por não terem sido criadas as condições de arranque, do que uma verdadeira rejeição do programa SAAL.

2. O SAAL - o que é; como actua.

A República - 30/8/74

As medidas sociais programadas constituirão apoio considerável à indústria civil - disse-nos o Arq^o. Nuno Portas.

"- O que caracteriza a operação foi anunciado nos jornais e que visa a melhoria das condições de habitação nos casos em que estas se apresentam

mais graves, é o ela partir da iniciativa da população que será apoiada pelo Estado, sobretudo naquilo que é da competência da administração, concretamente o terreno e o equipamento.

A República - 30/8/74

Nuno Portas

" As iniciativas serão todas aquelas que as populações dos bairros de lata, dos bairros degradados, dos bairros clandestinos abarracados, tomarem no sentido de recuperarem, reabilitarem, melhorarem - qualquer dos termos é bom, embora não muito preciso - os próprios bairros que habitam, através da incorporação do seu trabalho, provavelmente também das suas economias e de outros tipos possíveis de colaboração.

- Uma das vantagens desta experiência é de dar à população, desde já, a posse - uma posse cooperativa, não individualista, note-se - de terrenos que são relativamente bem situados, sob o ponto de vista dos transportes e equipamentos.

A República - 5/9/74

O problema da habitação em Portugal. 50 mil famílias vivem em barracas na região de Lisboa.

"... A sua tarefa será a de apoiar as iniciativas da população desses bairros no sentido de melhorar as suas condições de habitação e equipamento urbano que as serve etc. - em resumo transformar esses bairros degradados em núcleos residenciais satisfatórios, num sistema em que os recursos financeiros e a capacidade de trabalho dos habitantes sejam incorporados.

... Na maioria dos bairros, precisamente naqueles onde a falta de uma reunião de esforços, não permitiu mais cedo a solução de problemas essenciais - disse-nos o Arq^o. Leopoldo Criner - teremos que começar, mesmo antes de dar solução ao problema habitacional propriamente dito, por dar melhores condições de vida às populações, principalmente no aspecto sanitário mas não apenas esse.

... A equipa central desses serviços tem funções permanentes de planeamento, acção social, informação e atendimento e dispõe de assessores especializados, nomeadamente juristas, economistas e paisagistas. Esse núcleo define e coordena a acção das equipas que se ocupam de cada bairro, um contacto directo com os seus problemas e em colaboração constante com as respectivas condições de moradores."

A Capital - 24/10/74

60 mil famílias Lisboaetas vivem em condições deploráveis.

"O Arq^o. Mário Filipe Lopes ... - "É uma operação que visa essencialmente não marginalizar as populações dos bairros de lata. Por um lado temos consciência da impossibilidade de resolver a curto prazo o problema. A ideia foi melhorar as condições de vida nesses bairros, de forma a permitir que as populações permaneçam nessas zonas muitas vezes bastante centrais. As populações podem, assim, aproveitar o facto de viverem na cidade e não estarem numa periferia longínqua com longos tempos de transporte... Ao mesmo tempo, permitem que a população constitua cooperativas de moradores para a construção de habitação para a qual será ajudada pelo MMH e pela própria Câmara".

A Expresso - 16/11/74

Nuno Portas ao Expresso: um milhão de contos vão ser investidos pelo Estado em habitação.

"... A terceira opção vai promover a construção de casas por iniciativa própria, num esquema que se pretende o mais possível colectivo e que se destina a substituir com o máximo de eficácia e a curto prazo as habitações rudimentares e os bairros de lata. O FFH entregará a cada interessado a quantia de 60 contos (igual à comparticipação do 2º. tipo) e deixará à iniciativa pessoal a construção. Com o capital inicial, o interessado poderá adquirir materiais e construir ele próprio, com o apoio de técnicos, a sua habitação. Não pagará qualquer renda e poderá aumentar o espaço coberto e melhorar as condições de habitabilidade à medida que, mais tarde e progressivamente, for dispondo de meios,

Sempre Fixe ,23/11/74

Posições do Governo (Arq.Nuno Portas)

"...O que acontece actualmente é que há populações no bairro de lata que têm alguma capacidade de aforro, chegando, nalguns casos, a 3 ou 4 salários mínimos por agregado familiar, se têm filhos no sector secundário ou terciário a trabalhar.

Assim, em conjunto e dentro de um sistema solidário, estas pessoas teriam possibilidades de, pelos próprios meios, se tivessem apoio legal e algum apoio financeiro, melhorar a sua habitação e, em muitos casos, pagar rendas de casas construídas pelo Estado, se este as pudesse fazer imediatamente com crédito especial e para todos os que precisam. Ora, como não é viável este tratamento instantâneo do problema e, por outro lado, as populações não podem esperar 10 anos a sua oportunidade, parece uma proposta realista a que agora fazemos de apelar para um sistema descentralizado, partindo dos próprios interessados que administram a seu favor, com ajuda técnica e sítio gratuito, aquele subsídio que o Estado gastaria numa casa convencional nova, e através da indústria convencional..."

Diário de Notícias ,25/11/74

Subsídio do Estado a Cooperativas de Habitantes de Bairros de Barracas

"...60 contos por cada família. O restante capital necessário será conseguido (...) através de cotizações ou acções. No entanto, nada obriga que esse contributo seja dado em dinheiro. Pode, pelo contrário ser prestado por trabalho. E, para os casos em que algumas famílias não possam dar dinheiro nem trabalho - casos raros que se verificarão em agregados extremamente pobres e de moradores fisicamente impossibilitados - competirá então à própria cooperativa criar, por cotizações, por exemplo, dos restantes sócios, um fundo de auxílio social que cubra essas falhas (...)

Problemas Habitacionais de Oeiras resultam da macrocefalia de Lisboa - afirmou-se durante uma conferência de Imprensa promovida pelo Município daquele Concelho.

"...Na conferência de imprensa realizada na Câmara de Oeiras participaram elementos de uma equipa pertencente àquele Serviço, a de Portela-Outurela.

Quanto ao objectivo da equipa, ele é assim definido pelos seus componentes:

"O objectivo a médio prazo é que as populações, pelo trabalho em comum, passem a formas superiores de acção - gestão de equipamento colectivo, "controle" dos preços, acções contra a especulação, vigilância popular contra qualquer ofensiva reaccionária, etc., - que terão um papel fundamental no lançamento de formas de organização colectiva mais elevadas: associação de moradores ou cooperativa de moradores."

A actuação do Gabinete de Recuperação e das Equipas S.A.A.L. surge face à necessidade de resolver imediatamente, situações de urgência. Como nos afirmaria um dos membros da Comissão Administrativa da Câmara de Oeiras "a opção inicial foi fazer à partida aquilo que se poderá classificar como um serviço de bombeiros, resolvendo necessidades imediatas".

...Nomeadamente numa acção paralela à que o S.A.A.L. está a desenvolver, pertence à Câmara poder actuar a curto prazo nalguns bairros pela distribuição de terrenos devidamente loteados pelas famílias necessitadas..."

A Capital , 15/2/75

Problema da Habitação não se resolve a curto prazo

(Eng. Areosa Feio):

"...O que se está a fazer dentro de um esforço muito grande, é enfrentar situações muito graves em zonas e bairros francamente degradados. Através de um serviço chamado S.A.A.L., o F.F.H. está a

prestar apoio às populações aí residentes, no sentido de fazer uma recuperação muito rápida nessas zonas que não têm um mínimo de condições....

- O S.A.A.L. (...) foi criado (...) para dar apoio técnico e financeiro às populações mal alojadas em todo o país de Norte a Sul.

...As funções essenciais deste Serviço S.A.A.L. situam-se ao nível da aquisição de solos, de projectos de urbanização e de construções, para recuperação dos bairros degradados, e ainda de apoio à organização e à gestão das próprias populações.

...Toda esta operação S.A.A.L. funciona de baixo para cima. Quer dizer: não é o Estado ou o F.F.H: ou a E.P.U.L. que fazem os seus planeamentos, prevêem e constroem as habitações e depois as colocam à disposição das populações para que elas lá se instalem como quiserem.

...O sistema que seguimos baseia-se nos moradores destes diferentes bairros que têm de constuir-se - e têm-no feito - através de Comissões representativas e que são, no fundo, os motores de toda a operação. Sem ele, a operação não é possível, e todos nós, os que estamos envolvidos nisso, apenas damos apoio técnico porque essas populações não têm, de facto, disponibilidades de recursos técnicos, que é coisa que lhes sai muito cara. O apoio proporcionado pelo S.A.A.L. alarga-se igualmente aos aspectos jurídicos sempre que os mesmos estejam em causa, em relação à institucionalização e existência legal das associações de moradores". Retornando aos problemas da construção, diz o Eng. Areosa Feio: - Quando falo em apoio técnico refiro-me, quer à elaboração de projectos, quer ao saneamento dessas zonas com a intervenção e o apoio das Comissões Administrativas das Autarquias Locais - não se pretende que isso se passe à margem daquelas - e ainda no que respeita às infraestruturas que, segundo se pensa, ficarão a cargo das citadas Câmaras Municipais.

As populações têm-se, de facto, organizado e aceitam de bom grado uma solução que sabem ser uma situação de emergência.

uma vez que não disporão de uma habitação como aquela que poderão vir a ter no futuro, sabendo que é uma situação transitória, preferem essa solução para depois agurdarem npva oportunidade. Preferem isso a ter de aguardar 3 ou 4 anos por uma solução definitiva..."

III - A ORGANIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES

A Capital - 8/10/74

Acelera-se a construção de bairros sociais (entrevista a Nuno Portas)

" Atendendo-se às condições em que decorrerá a reconstrução dos bairros poderá dizer-se que estamos perante uma verdadeira auto-recuperação ?

- Exacto. Mas com a condição importante de que as populações não serão consumidoras passivas de uma casa que lhes saiu na "lotaria" mais ou menos correcta da atribuição e localizada não onde têm as suas actividades ou vida social, mas apenas onde lhe calhou a vez.

Pretende-se que as pessoas sejam participantes activas desde o arranque da operação, discutindo, inclusivamente, a forma como aquela deve ser conduzida e ainda a caracterização da sua própria casa e a utilização dos espaços livres ou de serviços comuns - que podem ser atribuição da cooperativa não lucrativista que os une.

... - A actuação das referidas comissões de moradores cinge-se ao problema habitacional ou a sua esfera de acção estender-se-á a outros sectores, designadamente o da assistência ?

Penso que eles têm hipótese de intervir noutros sectores, como seja a gestão dos serviços comuns

Convirá entretanto que as comissões não fiquem limitadas a um pequeno bairro, mas sim que a sua actuação venha a englobar problemas de uma área mais ampla. Para além do mais, isto poderá constituir uma forma de integração das populações que têm estado mais marginalizadas com as populações das zonas vizinhas ...

" República - 27/1/75

118 famílias do bairro do Vilar (cidade do Porto) decididas a libertar-se de condições desumanas

" Anexo ao Bairro de Vilar há o terreno, pertença da mesma senhora que, aproveitado, poderá dar corpo a um sonho dos moradores. o povo começa a expandir o seu sonho e propõe-se dar-lhe corpo. As desumanas condições em que tem sobrevivido não poderão resistir à sua organização. De facto, estão a constituir-se em asso-

República ,27/1/75

118 Famílias do Bairro do Vilar (Cidade do Porto) decididas a libertar-se de condições desumanas.

"...Anexo ao Bairro do Vilar há um terreno, pertença da mesma senhoria que, aproveitado, poderá dar corpo a um sonho dos moradores (...). O povo começa a expandir o seu sonho e propõe-se dar-lhe corpo. As desumanas condições em que tem sobrevivido não poderão resistir à sua organização. De facto, estão a constiur-se em Associações de Moradores e, com o entusiástico apoio do S.A.A.L., propõem-se obter a expropriação do terreno anexo e, aí, erguerão blocos de moradias com os indispensáveis requisitos de conforto.

Em assembleias populares decidirão, entretanto, da sua distribuição e ocupação. (...). Este sonho, de realização ainda distante, só a organizada e persistente luta destes moradores, juntamente com a luta dos moradores explorados de outros bairros, poderá tornar-se realidade num futuro menos distante"

A Capital ,21/2/75

Moradores da Quinta das FONSECAS denunciam: "Elefante patudo esmaga formiga trabalhadora"

"Constituída por 15 elementos que se encontram distribuídos por 3 grupos de trabalho - habitação, cooperativa e sanidade - a Comissão de Moradores de Quinta das FONSECAS possui já um projecto de intervenção e uma definição concreta de objectivos.

- Deixando agora a questão da escola, cuja urgência todos nós conhecemos, o objectivo central da luta que os moradores das FONSECAS e de outros bairros de lata terão de desenvolver, é o realojamento, a obtenção de uma casa em condições para todos os trabalhadores (...)

- Quando lutamos pelo realojamento em condições para todos os trabalhadores, sabemos que será necessário atacar o poder dos que têm vivido à nossa custa e querem continuar a explorar-nos.

Para atingirem o seu objectivo final, os moradores da Quinta das FONSECAS terão ainda de discutir entre si quais os vários passos a

dar nesse sentido. Assim, e segundo nos informaram, está prevista a elaboração de um caderno reivindicativo a nível do organismo coordenador que, resultante de uma discussão alargada a todos os bairros de lata, provocará também um debate sobre a importância dessa acção em comum."

Diário de Notícias , 1/5/75

O que vai ser a acção cívica das Forças Armadas

(Ramiro Correia): "...Isso implica que teremos de encontrar formas, juntamente com os trabalhadores, que possibilitem a sua efectiva participação em todos os níveis, na construção do Socialismo em Portugal (...).

São os trabalhadores, com as suas condições locais, com as suas condições psicológicas e culturais, com o conhecimento que têm do meio-ambiente, que podem encontrar, em cada zona do país, e até mesmo em cada sector de actividade, as melhores condições de participarem na construção do país.

(...) E nós não estamos, por todas as razões, em situação de limitar a capacidade de criação do nosso povo".

"...E penso que nós temos de encontrar, realmente, as tais formas ousadas, firmes mas inteligentes, de envolver todo o povo no processo revolucionário (...). Nós pensamos que a defesa do processo revolucionário incumbe ao povo português, às massas trabalhadoras, nomeadamente. Pensamos também que temos de encontrar processos de essas massas trabalhadoras participarem cada vez mais na vigilância revolucionária, portanto na construção do Socialismo. Essa vigilância tem vários níveis - aliás já se tem processado a vários níveis (...) à medida que o processo organizativo e comunitário for evoluindo, as condições socio-económicas se forem alterando, as populações forem tomando consciência dos benefícios que ~~im~~ advêm para todo o povo português, para as massas trabalhadoras do avanço do processo revolucionário a caminho do Socialismo."

Jornal Novo ,5/5/75

"...O desenvolvimento dos poderes populares ao n,ivel local e regional,de bairro e de fãbrica,no campo e nas cidades como fõrmula efectivamente nova,democrãtica e pluralista de participaãõ directa que nãõ seja a mera transformaãõ dos esquemas das democracias burguesas - ã apontada como necessidade fundamental,no editorial do nũmero desta quinzena do Boletim do M.F.A..

(...)P.S. e P.P.D. procuram substituir rãpidamente o M.D.P. na maioria das Comissões Administrativas das Cãmaras Municipais e Juntas de Freguesia exigindo a realizaãõ no mais curto espaãõ de tempo de eleiãões para as autarquias locais. A tal se opõe,de momento, o M.A.I. , nãõ por nãõ conhecimento da legitimidade popular,mas por considerar ser necessãrio realizar primeiro a reforma global da Administraãõ local e regional,sem a qual,seja qual for o resultado das eleiãões, os orgãos tradicionais de gestãõ regional e local continuariam inoperacionais, por motivos que vãõ desde a ordem financeira atã às estruturas de governaãõ."

Diãrio de Noticias ,21/4/75

Prevista para amanhã uma manifestaãõ de protesto Contra a publicaãõ do diploma que regula a ocupaãõ dos fogos devolutos

"Convocada por iniciativa da Associaãõ dos Inquilinos Lisbonenses e pelas Comissões de Moradores do Santo Condestãvel e do Alto de Santo Amaro, decorreu no Sãbado,na Escola Preparatõria Manuel da Maia, em Lisboa,um plenãrio de moradores e ocupantes de casas que reuniu mais de uma centena de pessoas (...).

Analisado e discutido amplamente o decreto-lei n.º 198-A/75 sobre habitaãõ e ocupaãões,foi aprovada unãnimemente uma proposta que sugeria a realizaãõ de uma manifestaãõ de protesto como forma imediata de luta a desenvolver,no sentido de chamar a atenãõ da opiniãõ pũblica para aquele documento legal,que o plenãrio considera " nãõ defender o interesse do povo ". Esta opiniãõ foi expressa pela totalidade das Comissões que pretendem igualmente ver substituida aquela legislaãõ por uma lei " autenticamente revolucionãria ".

(...) Como medida a adoptar também imediatamente, foi ventilada a possibilidade de exigir a institucionalização das comissões de moradores, entendidas, segundo a comissão do Santo Condestável, como um "órgão de exercício do Poder do Povo, que surge no processo revolucionário da necessidade de intervenção e defesa em todas as situações que afectam os seus legítimos direitos, vistos estes à luz de outros conceitos de vida que se não-de inserir na sociedade nova que se preten de construir, a Sociedade Socialista".

No entanto, a importância de tal decisão e a responsabilidade que implicaria, levaram o Plenário a preferir, por agora, a criação de um Secretariado Provisório, cuja primeira tarefa será organizar a referida manifestação.

(...) Com vista também a um reforço de apoio à sua luta, que visa a socialização total da habitação, foi ainda decidido entrar em contacto com as "Comissões de trabalhadores, Soldados e Marinheiros".

JORNAIS DOS BAIRROS

O Bairro - nº1/Fev./75

São amplas as possibilidades de actuação das Comissões de Moradores, e o seu trabalho terá de se desenvolver de acordo com as condições concretas de cada local.

Nas zonas dos bairros da lata (como a nossa) centram a sua actividade na organização, reivindicação e realização de certos melhoramentos em total identificação com as populações que as elegeram, transformando-se no elemento motor de amplas movimentações populares.

Um dos seus objectivos é que as populações, pelo trabalho em comum passem a formas superiores de acção - gestão de certo equipamento, controle de preços, acções contra a especulação, vigilância popular contra qualquer ofensiva reaccionária, etc. - que terão um papel fundamental no lançamento de formas de organização colectiva mais elevadas - associações de moradores e cooperativas.

A nossa luta não é só as casas

A nossa luta pelo pão também faz parte da mesma luta

Só a Revolução Popular resolverá todos os nossos problemas

Nós sabemos que quem trabalha não tem nada a perder. Mas quem tem a perder são os patrões que nunca trabalharam e toda a orquestra que nos faz viver na miséria.

A nossa luta não apareceu depois do 25 de Abril.

Para o trabalho ir para a frente tinha que haver uma consciência política, revolucionária. Era isso que nos faltava. Depois do 25 de Abril, foi quando pudemos falar mais abertamente, foi quando nos organizamos e levamos a luta para a frente. Foi com a linha política revolucionária marxista-leninista que a luta não parou. Pois a luta de que se fala é a luta de classes!

São os explorados contra os exploradores e para acabar com eles? Pois? Tem de se levar às massas uma consciência política revolucionária que seja esta que o povo veja, será o verdadeiro partido da classe operária, que sejamos verdadeiros revolucionários marxistas-leninistas.

Isto não se fala dos partidos dos senhores que se dizem comunistas e socialistas, fala-se sim das necessidades de todos os trabalhadores que são explorados nas fábricas e campos.

Pois camaradas se nada temos vamos para a frente é isto que se tem a fazer: implantar a ditadura do proletariado sobre os cães da burguesia.

Só com a Revolução Popular é que nós podemos resolver os nossos problemas e é também só com a Revolução Popular que se pode implantar a ditadura do proletariado.

Em frente pela Revolução Popular!

Programa da Comissão do Bairro da Liberdade

Todos os elementos que queiram continuar na Comissão com o acordo dos habitantes do bairro têm que se comprometer por escrito e seguir o seguinte programa:

4º. Qualquer atitude individualista de um elemento da Comissão será julgada perante os habitantes do bairro.

5º. Que diga quais os pontos errados com a justificação junta.

Comunicado de Intercomissões, convocando a manifestação do dia 17/5/75.

- Somos nós o povo trabalhador que labutando nas fábricas, nas oficinas, nas obras, e nos campos, que produzimos toda a riqueza do nosso país, por isso nós temos direito a uma habitação condigna que possa ser paga com os actuais salários, termos direito a creches, jardins infantis e escolas para os nossos filhos, termos direito a locais de recreio e cultura onde nos possamos reunir para falar dos nossos problemas...

... O Governo anunciou um programa onde se propunha acabar com os bairros de lata em pouco tempo.

Porém, as leis que regulam o mercado e a construção da habitação têm sido sempre favoráveis aos senhorios e capitalistas.

Os Sempre Unidos (Nº. 2 - 14/5/75)

(Boletim dos Bairros de Linda-A-Velha)

"Vamos sim dar a conhecer o que é a Inter-Comissões de Moradores dos Bairros Pobres.

O que é? Quais os seus objectivos?

É a reunião das Comissões de Moradores dos bairros que lutou pelo direito da habitação e a uma vida digna a que têm direito já que são eles trabalhadores que tudo produzem na nossa terra e que são os mais explorados ...

São objectivos da Inter-Comissões:

- A luta pelo direito à habitação para todos os que até agora têm sido explorados e oprimidos em todos os aspectos do quotidiano e também na habitação;

- A condução desta luta numa forma organizada e unificada.

- A coordenação desta luta com todos os que procuram os mesmos objectivos - o fim de exploração capitalista.

Telegrama-meção

- Representantes de 22 bairros de lata e bairros pobres da zona de Lisboa, reunidos no Bairro do Casal Ventoso em 15/2/75, de-

liberam apoiar a justa luta dos ocupantes dos bairros da Cruz Vermelha e bairro de Chelas Novo e outros. Manifestam inteira solidariedade e exigem rápida normalização das justas ocupações e saneamentos da Câmara Municipal de Lisboa. Denunciamos e rejeitamos também as manobras divisionistas que pretendem pôr os trabalhadores que vivem em péssimas condições de habitação, contra os trabalhadores ocupantes.

Comissões Coordenadoras de Inter-Comissões

- Sobre este aspecto de subsídios não nos podemos esquecer que todos os gastos "oferecidos", dispendidos na construção não representam mais do que uma pequena parte da mais-valia que é aquilo que nos é roubado diariamente nos locais de trabalho pelos capitalistas como resultado da exploração da nossa força de trabalho.

Não temos nada que choramingar aquilo a que temos direito, mas sim exigir que os problemas sejam resolvidos, sem que se sirvam das nossas necessidades para engordar ainda mais aqueles que nos exploram (como acontecia, por exemplo no caso de se entregar a construção às empresas capitalistas de construção civil, ou ainda por exemplo no caso de auto-construção.)

A auto-construção que significa ser os próprios moradores a construirem as novas casas, não passa de uma forma dupla de exploração. Depois de um dia inteiro de trabalho a encher os bolsos nos capitalistas, tinham de ficar até às tantas a trabalhar na construção das casas.

Se existem mais de 200 000 desempregados, há que dar emprego a esses camaradas. Porque não empregá-los na construção social?



ALBANO A.C. PEREIRA
SAAL NACIONAL / SEMINÁRIO
DOC. DIVERSOS

13

SEMINÁRIO DAS EQUIPAS SAAL

Realizado no Porto, dias 24, 25, 26 de Maio, em sessões na Escola de Belas Artes com a presença de equipas de Lisboa e do Porto (estes em nº reduzido), Coordenadora Central, Coordenadora Norte e elementos das Comissões de Moradores.

Foi montada (pelas equipas de Lisboa) uma exposição (fotos, jornais e mapas) sobre o andamento do processo nas várias zonas.

Sessão 24/5/75 tarde

Análise do processo SAAL

- 1- Veiga (equipa da e. circunvalação): analisou o problema geral da habitação e o seu enquadramento político.
- 2- H. Tiago (Coordenadora do SAAL): Fez referência ao funcionamento do FFH e deu informações sobre os projectos do governo no campo da habitação. Pôs em dúvida a possibilidade do FFH, com a actual estrutura, poder dar resposta satisfatória aos valores previstos nos planos do governo. (de 2 fogos/dia teria o FFH passar a 60 fogos/dia). O plano referido foi o do MESA. Referiu que a CC do SAAL não foi ouvida na elaboração do programa habitacional proposto pelo MESA. As rendas neste programa não poderão ultrapassar 10% do salário, o que é impossível com as construções praticadas pelo FFH.
- 3- Brochado Coelho (Coordenadora SAAL Norte): Só quando a classe trabalhadora estiver no poder é que é possível ter uma verdadeira política de habitação - Política real de habitação.
- 4- CC Central - Foi referido que a resposta ao caderno reivindicativo das Comissões de Moradores e arredores tinha sido:
 - a) Fundo perdido - 60.000\$00 (excepcionalmente até 90.000\$00)
 - b) Taxa de juro - Até 3%
 - c) Prazo de amortização - Máximo de 20 anos
 - d) Garantia de 1 ano (trabalho)
 - e) Rendas não podiam ultrapassar os 10% do salário do agregado.
 - f) Possibilidade do SAAL acabar uma vez que se recusou a auto-construção e a pré-fabricação.



- 2
- 5- Maria Proença (CC do SAAL-Lisboa): Referiu-se ao papel dos técnicos.
 - 6- Morador do Porto: Boicote activo a todo o processo pela Câmara Municipal do Porto.
 - 7- Referência pelo CC ao caso de Lagos.
 - 8- CC SAAL de Lisboa - Verbas

	50.000 contos (construção s6)
Das verbas disponíveis para 1974	20.000 contos (infra-estruturas)
 - foram utilizados 1.500 contos

	250.000 contos (sendo 90.000 para o EPUL)
previstos para 1975	15.000 "
	25.000 contos - Pais
Empréstimos previstos para 1975	20.000 contos - EPUL
 - 9- Foi referido que a DGSU é que dá o dinheiro para as Câmaras.
 - 10-Joana (CC SAAL Lisboa): Responsabilidades dos técnicos neste processo.

25/5/75 Manhã

1- Intervenção de 1 elemento da Epul que fez referências ao processo aí desenvolvido.

A ideia do governo era a de integrar as BAL na CML.

Fez-se referência ao facto da Epul não ter sido convocada para o seminário.

Metodologia seguida pelas equipas

Participação das populações

Relações das Brigadas com as populações

- 2- Foi discutido o fluxogramado processo SAAL que vem nos documentos do Seminário.
- 3- Foi referido o trabalho da equipa da Portela.
- 4- Margarida D. Vieira (CC SAAL de Lisboa): referiu que até agora não se seguiu o fluxograma. Aquilo funciona como proposta de discussão e como método a seguir pelas novas equipas (valor indicativo).
- 5- Porto - O trabalho das equipas (ao contrário de Lisboa) não apareceu a pedido de populações organizadas.

As Comissões de Moradores já formadas dão apoio aos moradores que ainda não têm equipa SAAL.

6- Referido o exemplo de Évora.

25 bairros com comissões de moradores e 1 comissão central.

O pedido do SAA foi feito através da C.M.E.

7- H. Tiago (CC Lisboa): O fluxograma será aplicado caso a caso.

8- Pitun (Setúbal?): como se coordena a operação SAAL

quem faz o planeamento

contrato com as equipas

9- Porto - Necessidade de planeamento. Planeamento Descentralizado. Planeamento Regional. Necessidade das populações estarem aptas para discutirem estes problemas.

10- Foi feita referênciã à intervenção do ministro do equipamento social na TV.

11- Elemento da Comissão de Moradores do Forte-Velho (Setúbal). Foi feita uma violenta crítica à actuação da equipa SAAL. Feito o projecto (que sucintamente foi aprovado pela população). Só quando se começaram a construir as casas é que se constatou que era uma coisa muito má (áreas dos compartimentos reduzidíssimas).

12- João Mário (CC SAAL de Lisboa): Referiu que o Forte-Velho é o caso mais avançado mas o que tem mais erros.

13- Joana (CC SAAL de Lisboa): Como deve funcionar a coordenação das equipas.

14- Falagueira - A escolha dos tipos de casas foi feito pelos próprios moradores.

15- Torre - Discussão ampla de todos os projectos de casas e urbanização. Através de conversas. Após essas discussões os moradores fazem eles próprios um projecto acompanhado de memória descritiva.

Projecto de urbanização: núcleos de 14 casas organizadas num pátio.

16- Pitun: quando as populações recusam os projectos é porque eles são realmente muito maus.

Exemplo do Chile. Prioridade à construção de infra-estruturas. Os problemas principais são os terrenos e as infra-estruturas.

No Perú as casas que resultaram são aquelas em que os moradores é que se desenrascaram. O estado apenas concedeu as verbas. Isto é um método. Isto serve para os bairros clandestinos.

O problema da urbanização é prioritário.

- 17- Estes métodos criam uma demora que é necessária.
- 18- Sugestões da população para a escolha dos tipos de casas (fazendo os próprios desenhos, etc.)
- 19- Escolha do terreno - deve ser no local, sem quaisquer limitações.
- 20- Bairro do Acácio (Porto) - O SAAL ao fim e ao cabo é uma medida repressiva.

Luta contra a ideia do técnico que sabe tudo.
 A Comissão de Moradores isolada da população.

Dia 25/5/75 Tarde

- 1- Intervenção da Equipa da Portela - Pedro
- 2- Estrada da Circunvalação - Veiga

Apoio técnico determinado pelos interesses das populações.

Organização - como se formou a Comissão de Moradores.

Ligação moradores - com. moradores

SAAL - com. moradores

Projectos de casas.

- 3- João Mário (CC SAA Lisboa); referiu a importância da organização das inter-comissões de moradores.

ESTRUTURA DO SAAL

- 4- M. Proença (CC Lisboa): O processo não está definido de uma vez por todas. É um processo que se baseia na organização das populações.

Vai sair um boletim do SAAL que coordena as informações das várias equipas.

Relações (boas) com a C.M. Oeiras.

- 5- Abel Reinas (CC SAAL Lisboa)

Contratação

Contrato de 6 meses e 3 meses

Contrato diferente para cada região e de mesmo para cada equipa.

- 6- Porto - A CC SAAL NORTE informou que já entrou em contacto com o secretário de estado da Habitação e Urbanismo para negociar directamente a reestruturação dos serviços.

Duas hipóteses: - Proposta de tarefa (+ rápido)

- Contrato tipo

ou até Inclusão nos quadros do FFH

5
No Porto a maior parte das brigadas começou em Outubro.

7- CC SAAL Lisboa - Valor aceitável do trabalho das equipas:

5 contos/fogo

Os contratos são até ao fim do mês de Julho

8- João Mário (CC Lisboa): É preciso que o SAAL apresente trabalho.

9- Foi levantada uma questão que deu grande polémica e em que as posições de Lisboa e Porto eram antagónicas - Autonomia do SAAL NORTE.

25/5/75 Noite

Continuou a discussão (até às 2h,30 de 26) da questão da autonomia do SAAL NORTE:.

Porto - Foram também referidas as questões dos:

- a) Bairros Camarários
- b) Ilhas
- c) Sub-alugas

26/5/75 Manhã

Discutida a questão de contratação

Não se tiraram grandes conclusões

Houve algumas hipóteses em discussão

- 1- Contrato de 3 meses
- 2- " 6 meses (já elaborado)
- 3- " 6 meses (com alterações)
- 4- Recusa de contrato.

